



**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU
REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E NOVE.**

-----No dia dezasseis de Fevereiro de dois mil e nove, teve lugar no Solar dos Peixotos, a primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelos Senhores António Elísio de Jesus Dias e Joaquim Pedro Martins Lourenço, respectivamente como primeiro e segundo secretários. -----

-----A Sessão teve início às nove horas e trinta e cinco minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: António Vicente Figueiredo, Armando Nuno dos Santos Gomes (justificada), Eugénia Cristina dos Santos Neto, Fernando José Cardoso Rodrigues, Francisco André Diniz Reis Mendes da Silva, José Hélder do Amaral, Luís Filipe Teixeira Nunes, Maria Irene Paiva Lourenço Pereira (justificada), Pedro Rui Oliveira Rodrigues e Serafim Lima de Almeida. -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após ter verificado a existência de quórum, dá início à Sessão dizendo o seguinte: “Muito bom dia a todos, vamos dar início à nossa Reunião Ordinária da Assembleia Municipal, tem os pontos que constam da Ordem de Trabalho que foi enviada ao Senhores Deputados. Íamos começar a nossa Reunião por votar a Acta da Sessão anterior, portanto, a Acta da Sessão de vinte e nove de Dezembro de dois mil e oito. Pergunto se algum dos Senhores Deputados tem alguma questão sobre esta Acta. Não tenho nenhum pedido de inscrição, embora como habitualmente nos dias imediatos se houver alguma correcção podem contactar directamente os serviços para o fazer. A Acta foi aprovada por unanimidade. Também já foi distribuída a lista da correspondência expedida e recebida, portanto, qualquer cópia ou esclarecimento podem também pedir directamente aos serviços. Gostava também de dar três informações de actividades da Assembleia, portanto, o grupo de trabalho já está a preparar a conferência sobre violência doméstica, conforme deliberação desta Assembleia, em princípio será no mês de Março. A Assembleia Municipal Jovem também já tem data marcada para o dia vinte e um de Abril, já se iniciou também o processo, portanto, está em curso. Em relação à “Sessão do Vinte e Cinco de Abril”, esta será a Sessão dos trinta e cinco anos e será a última deste mandato, portanto, tinha ficado mais ou menos subentendido que em cada mandato se faria uma Sessão na sede do Concelho. A minha sugestão era que efectivamente nós fizéssemos esta Sessão aqui, na nossa sala da Assembleia Municipal e sendo uma data tão emblemática como os trinta e cinco anos, eu acho que um dos temas que podia ser abordado, era a dimensão económica e social que o Vinte e Cinco de Abril trouxe a Portugal. Era um tema que no meu ponto de vista faria algum sentido numa data como esta. Portanto, a proposta que eu queria fazer à Assembleia era no sentido deste ser o tema abordado e de procurar encontrar um sociólogo reputado que pudesse ser nosso convidado nesta Sessão. Como habitualmente é uma Sessão que seguirá o formato habitual, mas costumamos ter sempre algo de fora, digamos assim, portanto, a minha proposta era que fosse este o tema e eu estaria aqui já com dois ou três nomes debaixo de olho, dum sociólogo reputado que pudesse fazer um bocado a abordagem da dimensão social, trinta e cinco anos depois do Vinte e Cinco de Abril. Queria colocar isto à consideração dos Senhores Deputados, pergunto se alguém se quer pronunciar no sentido positivo ou no sentido negativo, darei a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho”. -----



- UM – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Nós encaramos essa proposta com muito agrado. Pessoalmente, não vejo inconveniente, eu sugeria-lhe, porque tive oportunidade de há relativamente pouco tempo, penso que o Senhor Presidente também lá esteve. O Doutor António Barreto fez com esse tema uma coisa interessantíssima, o Doutor Mota Faria esteve lá também, é um nome obviamente haverá outros, recordei-me desse porque há pouco tempo assisti a uma coisa muito interessante sobre isso”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Posso dizer que dos tais dois ou três nomes era claramente um dos que eu tinha aqui anotado. Portanto, estas eram três informações que gostava de dar e sendo assim entendendo do silêncio deste contributo que os Senhores Deputados estão de acordo com o tema e metodologia e portanto, fica assente que será aqui na própria sede da Assembleia Municipal que faremos a Sessão do “Vinte e Cinco de Abril” este ano. Um outro aspecto que eu ainda estava a ponderar com as pessoas que estão a organizar comigo a Sessão da Assembleia Municipal Jovem e como nós fazemos a Sessão desta Assembleia no dia vinte e um de Abril, se não aproveitaríamos para trazer um jovem que saísse da Assembleia, mas é um aspecto que ainda estamos a ponderar e que viesse também falar na “Sessão de Vinte e Cinco de Abril”, até porque o tema sendo o exercício da cidadania pode ser interessante trazer. É uma questão que depois iremos ver à medida que formos conhecendo o grupo dos jovens que vão trabalhar nesta Sessão. Portanto, sobre informações estava tratado, iria pedir aos Líderes dos Grupos Parlamentares Municipais que me entregassem a listagem das inscrições dos Senhores Deputados que desejam intervir no Período Antes da Ordem do Dia e iria fazer como é habitual, ia alternando uns e outros. Dado formalmente como iniciado o Período Antes da Ordem do Dia, tinha aqui uma proposta para apresentar, dispenso-me até de ir ali, penso que colherá o apoio de toda a Assembleia, que tem a ver com o aniversário, “Os Vinte anos do GICAV”, faz este ano vinte anos e entendi que era importante que a Assembleia Municipal se associasse a esta data e tenho aqui como proposta um Voto de Louvor que diz o seguinte: O GICAV é uma Associação Cultural Juvenil sem fins lucrativos, fundada em cinco de Janeiro de mil, novecentos e oitenta e nove e declarada Pessoa Colectiva de Utilidade Pública em seis de Fevereiro de dois mil e dois. Ao longo destes vinte anos tem sido uma referência no panorama cultural do Concelho e da região de Viseu destacando-se de entre as suas actividades as seguintes: Salões Internacionais de Banda Desenhada; Salões Internacionais de Caricatura; Edição da Revista Anim’arte (já editados sessenta e nove números); Gala de atribuição dos Prémios Anim’arte; Exposições de jovens artistas; Intercâmbios culturais com diversas regiões de Portugal e com países da União Europeia; Edição de postais “Viseu Cidade Monumental”; Edição de Poesia, Banda Desenhada, Prosa, Conto; Teatro e Biografias; Companhia de Teatro e Teatro de Marionetas; Acções de sensibilização ambiental, tabagismo, toxicodependência, álcool e sida; Festivais de Artes Circenses e Animação de Rua. Atendendo à importância do seu percurso e à vasta actividade desenvolvida, envolvimento da sociedade, promoção da cultura e de promoção do espírito associativo, proponho. Um – A Aprovação de um voto de louvor ao GICAV pelo trabalho realizado em prol da cultura e desenvolvimento de Viseu ao longo destes vinte anos e de agradecimento a todos os que se têm dedicado às actividades desta importante Instituição, nomeadamente dirigentes e colaboradores. Dois - Recomenda-se que a Câmara Municipal de Viseu atribua um galardão de reconhecimento do Mérito Cultural do GICAV na passagem deste emblemático aniversário. Viseu, dezasseis de Fevereiro, Assembleia Municipal de Viseu. Portanto, esta era uma proposta... Obviamente que sim, isto já foi feito bastante tarde e a data que é esta, mil, novecentos e oitenta e nove. Está à discussão esta Proposta, pergunto



se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre ela, não tenho nenhum pedido de intervenção. Está aprovado por unanimidade". -----

- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico, uma agenda para o ano dois mil e nove, Boletim referente ao mês de Dezembro de dois mil e oito, e dois exemplares da revista número cento e setenta e seis. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete vários convites à Assembleia Municipal; Remete ofícios para serem agendados na Sessão de dezasseis de Fevereiro de dois mil e nove; Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Actividade Municipal e situação financeira; Remete convocatória sobre Reunião do Conselho Municipal de Segurança. -----

- A Escola Profissional de Torredeita remeteu a esta AMV, a revista "Evoluir aprendendo". -----

- O Município de Figueiró dos Vinhos remeteu convite a esta AMV, para o "I Torneio Nacional de Xadrez Inter – Municípios". -----

- A Direcção Regional da Economia do Centro enviou a esta AMV os elementos para decisão da Comissão Municipal de Economia de Viseu. - O CDS/PP, o Ministério da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior, a Casa Civil do Presidente da República, o Grupo Parlamentar do PCP, o Gabinete do Primeiro-Ministro, a Comissão e Educação da Ciência, acusaram a recepção do ofício sobre a Moção apresentada na Sessão de vinte e nove de Dezembro de dois mil e oito pela Senhora Deputada Graça Melo Cabral Marques Pinto do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, enviada por esta AMV. -----

- A Revista de Administração Local remeteu a esta AMV a Legislação, Jurisprudência, Doutrina e Estatutos. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remeteu a esta AMV convocatória para a reunião do Conselho Municipal de Educação para o dia vinte e oito de Janeiro de dois mil e nove. -----

- A Comunidade Internacional Dão Lafões remeteu a esta AMV Orçamento e Plano de Actividades para o exercício de dois mil e nove. - A Omnitur enviou a esta AMV duas propostas de viagem e estadia para a Assembleia dos Estados Gerais em Melmo. -----

- O Senhor Deputado Municipal Carlos Fernando Ermida Rebelo enviou via e-mail o pedido de Suspensão do Mandato pelo período de um mês. -----

- A GICAV remeteu documentação a esta AMV para eventual louvor da Assembleia Municipal e atribuição de um Galardão pela Câmara Municipal de Viseu. -----

- Esta AMV recebeu via fax da parte do PSD Distrital de Viseu o cancelamento do pedido do Salão para o próximo dia treze de Fevereiro. -----

- Esta AMV recebeu via e-mail da parte do Senhor Deputado João Duarte da Silva Ferreira da Cruz o pedido da ausência inferior a trinta dias, justificando a mesma. -----

- Esta AMV recebeu via e-mail da Senhora Doutora Carla Alexandra Oliveira de Almeida o pedido de substituição como representante da Assembleia Municipal na CCPJ, devido a incompatibilidades. -----

- Esta AMV recebeu via e-mail a justificação da falta na Sessão de dezasseis de Fevereiro de dois mil e nove do Senhor Presidente da Junta de Mundão, Armando Gomes. -----

- A AMV recebeu um ofício do Ministério da Economia e da Inovação – Direcção Regional da Economia do Centro com cópia em anexo do requerente (Pingo Doce) a solicitar a prorrogação do prazo da Autorização de Modificação. -----

- A AMV recebeu um ofício da Associação Nacional dos Municípios cujo assunto é sobre o



- “II Encontro de Governos Locais Lusófonos (Lisboa, Hotel Tivoli Oriente, Parque das Nações, vinte e sei e vinte e sete de Março de dois mil e nove). -----
- A AMV recebeu via e-mail a resposta do Senhor Presidente desta Assembleia, ao convite do Senhor Deputado Henrique Almeida para integrar a Comissão de Honra do “I Colóquio de História e Cultura Judaica”. -----
 - Esta AMV recebeu via e-mail o despacho do Senhor Presidente relativo à substituição da Senhora Doutora Carla Almeida na Comissão de CCPJ. -----
 - **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
 - Foi dado conhecimento por via oficiosa, à Câmara Municipal de Viseu, de todas as deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e oito. -----
 - Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como às Entidades e Organismo que efectuaram o mesmo pedido. -----
 - A Assembleia Municipal de Viseu enviou as aprovações e deliberações, por via oficiosa para o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
 - A AMV remeteu via oficiosa fotocópia do “Voto de Repúdio” apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, na Sessão Ordinária de vinte e nove de Dezembro de dois mil e oito, às seguintes entidades: Ministério das Finanças e da Administração Pública e Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local. -----
 - A AMV remeteu via oficiosa fotocópia da “Moção”, apresentada pela Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Melo Cabral Marques Pinto, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Sessão Ordinária de vinte e nove de Dezembro de dois mil e oito, às seguintes entidades: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, Ministra da Educação, Presidentes dos Grupos Parlamentares do Partido Socialista, Partido Social-Democrata Partido do Centro Democrático Social, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista “Os Verdes”. -----
 - A AMV remeteu via oficiosa fotocópia do “Voto de Louvor” apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD na Sessão Ordinária de vinte e nove de Dezembro de dois mil e oito, ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia, ao Governador Civil do Distrito de Viseu e ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu. -----
 - A AMV remeteu via oficiosa à Digníssima viúva do Dr. Alexandre Alves o voto de pesar em memória do seu marido, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Vicente de Figueiredo da Sessão de vinte e nove de Dezembro de dois mil e oito. -----
 - A AMV remeteu via oficiosa ao Partido Social-Democrata a suspensão do Mandato do Senhor Deputado Municipal Carlos Fernando Ermida Rebelo por um período de um mês. -----
 - A AMV remeteu via oficiosa convocatória para a Sessão de dezasseis de Fevereiro de dois mil e nove ao Senhor Deputado Municipal José Pedro Ferreira da Cunha para substituir do Senhor Deputado Fernando Carlos Ermida Rebelo. -----
 - A AMV remeteu via oficiosa ao Partido Socialista as informações do pedido de ausência inferior a 30 dias do Senhor Deputado João Duarte da Silva Ferreira da Cruz, e a sua substituição pela Senhora Deputada Eugénia Cristina dos S. Neto. -----
 - A AMV remeteu via oficiosa convocatória para o Senhora Deputada Municipal Eugénia Cristina S. Neto para substituir o Senhor Deputado João Duarte da Silva Ferreira da Cruz. -----
 - A AMV oficiou ao Senhor Doutor Pedro Filipe dos Santos Alves, comunicando que passará a efectivo na Comissão de CCPJ em substituição da Senhora doutora Carla Alexandra Oliveira de Almeida Silva. -----
 - **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----



- **DOIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu venho fazer três breves apontamentos sobre trânsito, o primeiro é para me congratular com a colocação dos indicadores de tempo nas passadeiras, acho francamente positivo e gostava de dizer ao Executivo que merece o meu apoio e o meu aplauso. O segundo, é para dizer que contrariamente ao que teria sido falado pelo Senhor Presidente da Câmara no início do ano lectivo, passar hoje no final do período da manhã, ou até do período da tarde nas escolas da cidade é um caos, as pessoas param em dupla fila, nos dois lados não se transita. Um simples Polícia Municipal a controlar o trânsito e principalmente as ilegais paragens à frente das principais escolas da cidade resolveria a situação, ou mesmo um Polícia de Segurança Pública. A Câmara tinha prometido que isso não iria suceder, infelizmente sucede. O terceiro apontamento, é que a Câmara fez e bem, como já uma vez aqui tive ocasião de dizer, a criação de duas faixas de rodagem, uma de acesso ao Mercado e respectivo estacionamento e outra de circulação e de acesso ao Parque de Viaturas da Câmara Municipal de Viseu. Só que, exactamente por ausência de disciplina de algum agente de autoridade e eu não quero que o Senhor Presidente da Câmara volte a rir-se quando eu refiro um Polícia Municipal, mas por exemplo, pode ser um Polícia Municipal ou um Polícia de Segurança Pública. Na faixa de acesso ao Mercado a qualquer hora do dia estão estacionadas viaturas, o que significa que quem quer aceder ao Parque tem que circular pela faixa do lado esquerdo, com todos os inconvenientes para quem circula e nomeadamente para as viaturas do Parque da Câmara Municipal. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados. -----

- **TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MATEUS DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS (PSD)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Subo a esta tribuna para fazer uma pequena intervenção alusiva à Escola Básica Integrada de Ranhados, há muitos anos necessária e ambicionada. Neste momento, encontro-me perplexo graças às últimas notícias veiculadas a propósito deste Complexo Escolar. Acontece que tive conhecimento, através da própria comunicação social, que o protocolo publicado no Diário da República, já no ano de dois mil e cinco, tinha sido alterado. Assim, das vinte e cinco turmas inicialmente definidas, englobando pré-primária, primeiro, segundo e terceiro ciclos, passaria a quarenta e duas turmas (doze para a pré e primeiro ciclo e trinta para os segundo e terceiro ciclos). Nesta alteração, o Governo seria o responsável pelo financiamento das trinta turmas. As restantes ficariam ao encargo da Autarquia, que poderia aceder ao QREN, cujos fundos suportariam setenta por cento e setenta e cinco por cento do valor e o restante seria pago pela Câmara. Se esta possibilidade de implementação de uma escola maior fosse uma realidade seria um ganho para a minha freguesia; no entanto temo que este projecto apenas seja um sonho. Não será para adiar por mais tempo a construção desta Escola? Deste modo, como diz a sabedoria popular, “Mais vale um pássaro na mão do que dois a voar”, pois tendo em consideração diversos factores, o número de quarenta e duas turmas desta nova proposta parece-me “a priori” bastante exagerado. Ora vejamos: Primeiro - No estudo feito pelo Ministério da Educação, e já publicado, afirma-se que o número de alunos do segundo e terceiro Ciclo está a diminuir; Segundo - O total de turmas na Escola Infante Dom Henrique é de trinta e um, havendo um excedente de cinco turmas. Na Escola do Viso, das trinta e cinco turmas existem apenas cinco turmas ultrapassam a sua lotação; Terceiro - Os Executivos destas duas Escolas afirmam igualmente que o número indicado pela DREC é muito exagerado, não havendo necessidade de tantas turmas; Quarto - Em todas as Secundárias já têm o Terceiro Ciclo; Quinto - A recente Carta Educativa, que indicou a necessidade de criação de uma Escola a sul de Viseu, fez o estudo da rede escolar e apontou para as vinte e cinco turmas. Façamos então, um exercício simples de aritmética: cinco turmas retiradas do Viso mais cinco da Escola Infante Dom Henrique, perfaz as dez turmas. Se somarmos oito



para a Pré-Primária e Primeiro Ciclo, o resultado seria dezoito! E para atingirmos o número inicial de vinte e cinco, ainda restam mais sete turmas para os Segundo e Terceiro Ciclos! Será que há a real necessidade de se passar para quarenta e duas turmas? Se o Ministério da Educação está na disposição de pagar as trinta turmas, porque não para as vinte e cinco e assim cumpriria o acordo e este Complexo Escolar seria uma realidade; caso contrário a ser uma escola duvidosa, em virtude de não haver consenso entre ambas as partes. Antes de mais, quero recordar que, aquando da minha Moção apresentada, votada e aprovada pela maioria desta digna Assembleia, obtive resposta da Direcção Regional do Centro afirmando que o Projecto deste Complexo Escolar estaria pronto em Outubro de dois mil e oito. Pergunto: Senhor Presidente da Câmara este projecto já foi entregue? Saliendo que a Câmara já adquiriu o terreno e ficará com o compromisso de fazer todos os arranjos exteriores, gastando um total de cerca de dois milhões de euros. Como estamos em crise financeira esta proposta iria beneficiar o próprio Ministério da Educação. Terminando manifestando ao Senhor Presidente da Câmara a minha total solidariedade com a posição tomada por Vossa Excelência e espero que o Governo reconsidere a sua proposta para que este Complexo Escolar seja uma realidade. Tenho dito”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Manuel Lameira, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria.

- QUATRO – SENHOR DEPUTADO MANUEL DE ABREU LAMEIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte forma: “Como é do conhecimento de todos, o Centro Histórico de Viseu, à semelhança do que aconteceu noutras cidades tem atravessado períodos de grande instabilidade devido à degradação das habitações e desertificação das suas populações. Este despovoamento tem-se acentuado nesta última década, arrastando consigo o comércio, principalmente, o comércio tradicional. Para inverter esta tendência, o Executivo Camarário tem ao longo dos últimos anos, criado diversos projectos que em muito contribuíram para a recuperação de grande parte das ruas, praças e estabelecimentos comerciais, dotando-os de infra-estruturas modernas que vieram criar melhores condições de vida para quem lá reside, trabalha ou nos visita. Estes projectos, temporais, nem sempre conseguiram alcançar o sucesso desejado. O aparecimento das grandes superfícies, nas novas zonas residenciais, também vieram agravar as debilidades do Centro Histórico. Para contrariar esta tendência e até mesmo a sua inversão têm sido feitas diversas actividades à custa de alguns particulares, de esforço financeiro significativo dos recursos municipais e da Associação Comercial. A Câmara Municipal, tendo como objectivo não só a sua remodelação, recuperação e reabilitação está a desenvolver um verdadeiro projecto de regeneração urbana mais abrangente que as anteriores intervenções através da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana – Viseu Novo. Através da SRU estão a ser reabilitados os edifícios situados nas ruas da Nossa Senhora da Piedade, Escura, Largo da Prebenda e as Ruas do Carvalho, das Quintãs e do Largo da mesma rua. Em fase de projecto encontram-se os parques de estacionamento do Tardoz do Museu Grão Vasco e do Largo Mouzinho de Albuquerque. Em fase de acabamento o Funicular que será uma mais valia, dado que as pessoas têm mais um transporte para o Centro Histórico. Nos últimos dias, a comunicação social tem vindo a divulgar a possível transferência da Loja do Cidadão para o edifício do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários, na Rua do Comércio e também foi notícia que o Senhor Presidente considerou que seria viável e além disso seria uma mais valia para a efectiva revitalização do Centro Histórico, ideia essa que também é corroborada pela Junta de Freguesia de Santa Maria. Assim, solicito ao Senhor Presidente que nos informe da viabilidade desta concretização. Em nome da Junta de Freguesia e meu, agradeço a obra que está a ser desenvolvida pelo Executivo Camarário e pela SRU”.



- **MESA** – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- **CINCO** – **SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “O processo que envolve a construção da EB de Ranhados, ou melhor, da Escola de Ranhados ameaça tornar-se numa novela, com vários episódios e protagonistas, à semelhança do que já aconteceu, no passado, com outros projectos para o Concelho. Convém referir aqui de forma sequenciada, apesar de sumária, as diversas etapas que o Projecto já percorreu, desde dois mil e quatro, enquadrando-as nas opções da Política Educativa dos sucessivos Governos. Ponto Um – A Escola de Ranhados, inscrita em PIDDAC em dois mil e quatro, estava projectada para vinte e cinco salas como aqui foi referido pelo Senhor Presidente da Junta de Ranhados. Perspectivava-se a Escolaridade Básica como um todo, respeitando, no entanto, a especificidade de cada um dos três ciclos considerando a Educação Pré-escolar como a primeira etapa do percurso educativo do aluno. Procurava-se almejar a unidade, a congruência e a flexibilidade curricular que só eram possíveis com a reorganização das Escolas em Agrupamentos Verticais. O Ministério da Educação, da época, ao privilegiar a Reorganização do currículo no plano horizontal isto quer dizer (ao nível das áreas disciplinares) quer vertical (ao nível dos vários ciclos), defendia, com particular ênfase, esta tipologia designada por Escola Básica Integrada com Jardins de Infância, porque garantia a concretização desta perspectiva educativa de um Ensino Básico como um todo. A indefinição da Autarquia na aquisição de terreno inviabilizou a sua construção, na freguesia de Ranhados para a altura em que estava prevista. Hoje, o Concelho dispõe de uma Carta Educativa que traça o diagnóstico de uma freguesia que sofreu alterações demográficas e que alerta para os problemas de sobrelotação das Escolas Dois/Três Infante e do Viso provocadas pelo crescimento urbanístico na zona. Hoje, temos inúmeras medidas educativas direccionadas, para o Primeiro Ciclo da Escola do Ensino Básico, pelo actual Governo, das quais destacamos a Escola a Tempo Inteiro, com as actividades Extracurriculares – Inglês, Música, Actividades Desportivas, Expressões Artísticas e outras ao nível das novas tecnologias e das ciências experimentais, das Actividades de apoio ao Estudo, e o forme cimento das refeições que condicionam, inegavelmente, a tipologia do edifício e por sua vez, a alteração do projecto inicial. Hoje, temos uma proposta da DREC que aponta para a construção de um edifício, que corresponde a estas novas exigências, com quarenta e duas salas, como já ouvimos, trinta, para o Segundo e Terceiros Ciclos (eram vinte e cinco no projecto anterior), como já também foi referido, totalmente financiadas pelo Orçamento do Estado/PIDAC. E doze salas – Primeiro Ciclo nove e três de Jardim de Infância, suportadas em setenta, setenta e cinco por cento pelo QREN. Convém aqui sublinhar que só as Autarquias se podem candidatar ao QREN para a construção de Centros Escolares, como aconteceu com o Centro Escolar de Viseu Norte, Rio de Loba ou Oliveira de Baixo. A manter-se a decisão da Autarquia da não aceitação desta proposta, de inviabilizar esta candidatura, irão ser desperdiçados fundos comunitários, sobrecarregando o Orçamento do Estado, o dinheiro de todos nós afinal, para não referir o que é evidente para todos – a eternização de um processo com repercussões imprevisíveis, para a zona abrangida e para o Concelho. O Executivo Camarário, no que concerne à política autárquica para a Educação, tem reclamado, para si, um papel de liderança, de grande enfoque e de grande divulgação às estratégias interventivas neste sector, quer em documentos oficiais, quer nesta Assembleia o que lhe confere ainda maior responsabilidade na resolução deste caso. Assim, estamos em crer que a causa se sobreporá a outro argumento. Temos que aceitar que um projecto delineado para uma EBI em dois mil e quatro, para a realidade de uma Freguesia de há quatro anos, não pode estar ajustada ao que se pretende hoje da Escola em constante mudança e potenciadora de mudanças. É de futuro que falamos, de novas dinâmicas. Faz todo o sentido, lembrar aqui a ideia de “bem público” e da co-responsabilização de todos, como



agentes de transformação social, na construção da tal sociedade mais justa. Não há tempo para discursos circulares e em discursos circulares atribuímos a culpa a alguém, para não assumirmos também a nossa”. -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro. -----

- SEIS – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: Existe uma

palavra que ficou definitivamente no léxico da linguagem política nacional: “trapalhadas”. Trapalhadas quer dizer: confusão, coisa que não se entende, embuste. As trapalhadas não se verificam apenas nas grandes decisões nacionais mas, também nas locais. Vejamos alguns projectos no nosso Concelho que sofrem deste problema: a criação das novas Unidades de Saúde Familiar; a construção da Escola Básica em Ranhados; a requalificação da EN duzentos e vinte e nove para o Sátão; a (pseudo) criação de serviços públicos na região; a Universidade Pública; etc., etc., etc. Lembram-se da Ponte Azevedo Sobral. Eu relembro... Trata-se da ponte que liga Viseu à Póvoa Dão e que no ano de dois mil e seis era referenciada como apresentando perigos de rotura. Segundo o Instituto da Água esta ponte seria da responsabilidade da Câmara Municipal de Viseu. Queria q este propósito perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o ponto de situação deste diferendo. É claro que necessitamos de pontes e em bom estado. Necessitamos de “pontes”, entre as diferentes gerações, entre os necessitados e aqueles que têm o suficiente, entre os doentes e os que nunca precisaram de cuidados de saúde. A este propósito chamo a atenção para uma situação que poderá ser preocupante num futuro próximo. A Falta de uma Unidade de Cuidados Continuados em Viseu, a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados foi criada em dois mil e seis, e tem como objectivo geral a prestação de cuidados continuados integrados a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência. Designam-se Cuidados Continuados Integrados o conjunto de intervenções de saúde e de apoio, que visa promover a autonomia e melhorar a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção social e familiar. O perfil demográfico da população portuguesa apresenta um envelhecimento progressivo devido à diminuição da mortalidade e da natalidade. De acordo com dados do INE esta é uma tendência que continuará nos próximos anos, estimando-se que Portugal, em dois mil e cinquenta seja um dos países da União Europeia com maior número de idosos e menos percentagem de população activa. Entre dois mil e quatro e dois mil e cinquenta, a percentagem dos idosos portugueses praticamente duplicará passando de dezasseis vírgula nove por cento para trinta e um vírgula nove por cento (dados de dois mil e quatro). Assim, perspectiva-se um aumento nas doenças crónicas e incapacitantes, com um correspondente aumento da procura de cuidados nas áreas da saúde e do social. Verificamos no entanto que Viseu, apesar de ser o Concelho mais populoso do Distrito, ainda não tem qualquer Unidade de Cuidados Integrados. Segundo um Administrador do Hospital São Teotónio e cito: “Um doente que tenha tido um AVC, por exemplo. Depois para fazer a reabilitação, sendo de Viseu, é muito triste ter de ser afastado dos seus familiares”. Concordamos com o seu lamento! Nesta matéria somos da opinião que independentemente da capacidade das instituições privadas ou de Solidariedade Social, o Estado não pode alhear-se do seu papel fundamental neste processo. O mesmo responsável do Hospital de Viseu “lançou ainda o repto para uma intervenção do sector privado: É preciso entidades como a Santa Casa da Misericórdia e outras, relacionadas com a assistência social, intervirem”, refere. “Chutar” a resolução deste problema para as outras entidades não é a única via. Parece-nos que existe aqui um grande trabalho a ser feito pelo Ministério da Saúde e pela Administração Regional de Saúde. Se entrarem no site da Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados (UMCCI) poderão ler logo na primeira página a seguinte mensagem: “Nós somos o que fazemos. O que não se faz não existe. Portanto, só existimos



nos dias em que fazemos. Nos dias em que não fazemos, apenas duramos” (Padre António Vieira). Nunca este texto fez tanto sentido como agora. Enquanto não forem criadas mais camas para albergar estes doentes, ainda falta muito por fazer. Enquanto não forem criados mais Unidades de Cuidados Continuados, nomeadamente em Viseu, é como se não existisse uma verdadeira Rede Nacional. Na sequência desta intervenção passo a ler a seguinte Moção, que vou propor nesta Assembleia: Moção – Atendendo a que: Uns – As Unidades Integradas de Cuidados Continuados são essenciais para a reabilitação de pessoas com doenças crónicas e incapacitantes; Dois – Neste período de crise profunda as pessoas precisam, mais de que nunca, de apoio terapêutico e social para ultrapassar situações de dependência; Três – Não é justificável que Viseu, devido à sua dimensão e centralidade, ainda não possua uma Unidade de Cuidados Continuados; Quatro – A falta de interesse de instituições privadas não deve impedir que o Ministério da Saúde tome a iniciativa na construção da Rede de Cuidados Continuados; Cinco – A Unidade Hospitalar de Viseu acaba por ser a última e única alternativa para as pessoas com problemas crónicos, criando uma forte pressão nos hospitais que servem fundamentalmente para doentes agudos que necessitam realmente de cuidados hospitalares. Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a dezasseis de Fevereiro dois mil e nove, reclama a criação de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados em Viseu, no mais breve espaço de tempo. O Teor desta Moção deve ser dado a conhecer às seguintes Instituições: Ministério da Saúde; Administração Regional de Saúde do Centro; Governo Civil de Viseu”. -----
- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----
- SETE – ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu quero agradecer ao Senhor Deputado Joaquim Pedro, o ter trazido a esta Assembleia um tema importante, que surgiu há muito tempo já naturalmente, mas que se tem vindo a acentuar à medida em que tem ocorrido a evolução demográfica que todos conhecemos. Há trinta anos tínhamos onze por cento de pessoas com sessenta e cinco e mais anos, hoje temos dezassete por cento de pessoas com sessenta e cinco e mais anos. Esta é uma realidade iniludível. Por outro lado, não existia, a família estava muito organizada, existiam relações de vizinhança muito fortes e tudo isso se foi um pouco a pouco esbatendo. A família fraccionou, muita gente saiu do Distrito, foi para outros locais e naturalmente, que isso teve repercussões na forma como cuidamos das nossas pessoas, dos mais idosos, por isso é muito positivo que um Membro da Assembleia Municipal, tenha trazido aqui hoje esta questão. Eu tive também conhecimento da situação que caracteriza um pouco o Concelho de Viseu, do facto de não haver ainda em Viseu Unidades de Cuidados Continuados. Isto tem a ver com várias explicações, uma delas e para começar por explicar porque é que não há Unidades de Cuidados Continuados Públicas ainda em Viseu, é que a maior parte das Unidades de Cuidados Continuados Públicas, estão a ser instaladas por promoção dos próprios Hospitais Distritais de nível um. São pequenos hospitais, que se estão a reconverter de mini hospitais polivalentes, em hospitais mais orientados para certas áreas, nomeadamente a cirurgia ambulatória, as consultas da especialidade durante o dia e cuidados continuados. É assim que se está a passar em muitas localidades do País. Viseu não tem hospitais a nível um e portanto, não há, digamos, oportunidade para que nenhum desses estabelecimentos se reconvertisse. Mas, tem razão o Senhor Deputado quando diz que há iniciativa privada e temos uma Misericórdia forte, certamente estará, ou pode vir a estar nos seus planos, digamos, a entrada nessa área de actuação, como centenas de outras Misericórdias no País estão a fazer. Tive também conhecimento de que havia pelo menos duas Instituições Privadas de Cuidados Especiais de que estariam interessados nessa área e que tinham até desenvolvido já iniciativas nessa matéria. Na última atribuição de, digamos assim, na mais recente concessão de apoios estatais a essa matéria, procurei saber se uma delas aonde eu conhecia os promotores, se estaria contemplada e tive a informação de que não estaria e



perguntei e antes de perguntar fui ao site da Administração Regional de Saúde do Centro, até obtive uma listas das instituições, segundo a sua ordem de classificação, e verifiquei essa ordem de classificação e encontrei realmente a não inclusão, a não aprovação, dessa instituição do nosso Concelho. Usando dos meus atributos de Deputado Municipal contactei a Administração Regional do Centro e procurei obter informação sobre a recusa. A informação que obtive foi a seguinte, o pedido qualificava em quase todas as variáveis, excepto numa variável arquitectónica e a questão é técnica. Não quero maçar Vossas Excelências, mas basicamente a instituição previa, naturalmente, a existência de uma piscina para reabilitação, mas essa piscina estava só acessível, só depois de ter entrado nessa instituição, ou seja, não estava directamente acessível para o público, o que significava que qualquer pessoa que quisesse frequentar do exterior essa piscina e naturalmente ela é para uso não apenas dos internados, mas todas as pessoas do exterior teriam que passar e devassar essa instituição, as unidades de internamento. Ora bem, naturalmente que é uma alteração arquitectónica que é relativamente fácil de fazer, sobretudo quando as coisas ainda estão apenas no papel e eu não tenho dúvida nenhuma de que ela será proposta e apresentada e na próxima movimentação, como sabem, tem alta probidade até mesmo em termos de resolução da situação financeira, não tenho dúvidas de que ela poderá ser reapresentada e será solucionada. Sei também que há outras instituições e outra instituição, que tem também um pedido nesse sentido e certamente se submeterá às orientações técnicas. Aqui portanto, o que se passa Senhoras e Senhores Deputados, é pura e simplesmente uma necessidade de nos acertarmos com as orientações técnicas e se há pelo País inteiro muitas Misericórdias que o estão a fazer, porque estão organizadas através de uma organização nacional e submetem-se e logo os seus projectos são apresentados com total, digamos assim, conformidade com as orientações técnicas, o que temos a fazer neste caso também e que certamente essa entidade irá fazer exactamente o mesmo. Estou certo que não necessitamos de estar a tomar deliberações nessa matéria nesta Assembleia Municipal, porque essas deliberações não têm um significado útil. Têm um significado de apenas tentar introduzir uma areia numa engrenagem que tem funcionado de forma extremamente correcta no País e estou à vontade para o dizer, a maior parte do desenvolvimento dos três mil e mais locais que estão neste momento já a funcionar, para apoio a Cuidados Continuados a Idosos se desenvolveu já fora do mandato que exerci como Ministro da Saúde, portanto, tenho a afirmar que do ponto de vista desta função, a nossa bancada estaria disponível para aprovar esta Moção, desde que ela tivesse uma redacção diferente, não tivesse a redacção de recomenda vivamente a criação de “Unidades de Cuidados Continuados ao Idoso em Viseu”, como uma manifestação programática de boa coadjuvação em relação ao programa que se pretende nacional e para o qual também se espera muito do contributo municipal. Peço desculpa do tempo que eu ocupei, fui um bocadinho excessivo. Muito obrigado”.....

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto.

- OITO – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Eu pedi a palavra para expressar o apoio à Moção que aqui foi apresentada, por razões que me parecem óbvias, vivemos de facto um período de crise económica, social e financeira, que vem agravar a situação, sobretudo daquelas pessoas já de si mais carenciadas e mais fragilizados, nomeadamente os idosos. Penso que um envelhecimento progressivo exponencial da população não se compadece com demoras e esperas neste processo. De facto, já lá vai bastante tempo e Viseu continua à espera de uma Unidade de Cuidados Continuados. Assim sendo e considerando que o Poder Central não pode demitir-se dessa responsabilidade, entendemos ter sentido uma manifestação de preocupação e apreensão desta Assembleia e que seja também explicitada a vontade, que esta questão seja rapidamente resolvida. Eu vim aqui para de facto, manifestar a intenção de apoiar esta



Moção”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro. -----

- **NOVE** – **SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS LOURENÇO (PSD)** –

Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Duas ou três questões, obrigada pelas intervenções de apoio a esta Moção e estranhar aquela intervenção dum Membro do Partido Socialista, o seguinte aspecto: Um, nós temos ouvido o Ministro dizer consecutivamente, que precisamos de investimento público para ultrapassar esta crise e para dinamizar a economia, ora aqui está um bom investimento público aonde o Estado podia aplicar os dinheiros, isto porque resolve o problema de muita gente e nomeadamente a região de Viseu. Atenção que a Moção é acerca da criação da Unidade de Cuidados Continuados em Viseu, mas isto é um problema que não é só de Viseu. Aqui está um bom caso onde o Estado e o Ministro podiam gastar o nosso dinheiro, aqui sim, ao menos dinamizavam a economia. Depois dizer ao Membro do PS, areia na engrenagem? Não vi aonde é que está a areia na engrenagem. O Senhor costuma trazer camiões de areia para aqui e está a dizer-me que esta promoção é areia na engrenagem, qual engrenagem? O processo já está concluído, está quase concluído, já existe perspectiva da criação desta Unidade. Eu se trouxe para aqui alguma areia na engrenagem, tenho as minhas reservas. Esta Moção tem um objectivo simples, intenções, nós todos temos boas intenções e estamos fartos de intenções, mas trata-se apenas de um reforço de uma posição, nós achamos que é pertinente e faz todo o sentido a criação desta Unidade de Cuidados Continuados. Portanto, aquilo que eu faço aqui e defendendo os interesses de quem me elegeu e nos elegeu, é defender a criação, reclamar a criação de uma Unidade de Cuidados em Viseu. Um Membro da Assembleia disse que se eu substituísse a palavra por recomendo vivamente. Eu vou ler o que é que escrevi, que é para ver se são precisas grandes alterações: A Assembleia Municipal de Viseu, reunida a dezasseis de Fevereiro de dois mil e nove, reclama a criação de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados em Viseu, no mais breve espaço de tempo. Trocar isto por recomendo vivamente, bem podia ser, recomenda alegremente, estamos no Carnaval. Penso que isto não é interessante, não é relevante, interessa é defendermos as necessidades das populações e era isto que nos devia trazer aqui.” -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- **DEZ** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** -

Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “A questão essencial que está aqui em causa, é saber se esta Assembleia deve reclamar do Governo uma iniciativa própria, para construir uma Unidade de Cuidados Continuados, ou se porventura, deve recomendar vivamente que a iniciativa local a promova e seja ela própria promovida e acalentada pelo Estado e há uma essencial e uma diferença ideológica. Eu julgava que o PSD estava mais a favor da segunda modalidade do que da primeira, sobretudo quando tantas vezes critica o Partido do Governo por excessiva intervenção pública. A verdade é que a nossa tradição e também se pode dizer o argumento do PSD, certamente será o de que a intervenção pública deve ser sempre maior nas áreas sociais como a saúde e a educação, estamos de acordo. Só que na área do apoio social a idosos, há uma enorme tradição nacional de intervenção privada, instituições privadas de actividade social e eu que ainda na última Assembleia aqui fui criticado por pretendidamente estar, digamos assim, a menosprezar o que não era verdade, a intervenção das Misericórdias, recebo hoje desses que me criticaram na altura, a defesa de que deve ser o Estado a tomar esta iniciativa. Ora, para informação dos presentes, gostaria de dizer que dos três mil lugares já criados em Unidades de Cuidados Continuados Integrados, apenas quinze por cento são da iniciativa do Estado. O resto são dinheiros públicos, sim dinheiros públicos, apoios públicos, acompanhamento público, orientação técnica pública, mas iniciativa das Instituições Privadas de Solidariedade Social, como devem ser, por isso, gostaria de dizer que a nossa



posição, se o Senhor Deputado e relevo-lhe, digamos assim, a sua tentativa de piada canhestra, carnavalesca, se o Senhor Deputado insiste na reclamação com o sentido de que essa reclamação deve ser dirigida ao Estado, para ser o Estado a fazer essa iniciativa, nós teremos que nos abster nessa matéria. Se porventura o Senhor Deputado recomenda vivamente que por todos os meios, seja promovida a realização de Unidades de Cuidados Continuados Integrados, estamos naturalmente de acordo”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- ONZE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) -

- Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Começaria por elogiar e o “seu ao seu dono”, o princípio de criação desta Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, penso que foi um aspecto muito positivo da parte deste Governo e que veio de encontro um pouco, já a uma certa filosofia da resposta deste âmbito, que havia aos idosos por parte das IPSS. O que está aqui em causa é uma coisa que eu penso um bocadinho diferente, que é assim, quando nós dizemos reclama, a responsabilidade última de dar resposta é do Estado e se os idosos de Viseu têm todo o direito a ter uma resposta no Concelho de Viseu. Não é admissível que haja respostas em Nelas, Castro Daire, Santa Comba, Mortágua, Oliveira de Frades, Vouzela, Tarouca, Resende e não haja em Viseu, Concelho de Viseu. Os nossos idosos têm que ir para fora do seu Concelho de Viseu, fora das suas famílias e é isso que está em causa. O que está em causa é não adiar algumas situações, como uma vez aqui vimos sobre a discussão da diferenciação técnica do Hospital de São Teotónio de Viseu, que se andámos três anos para trás, na altura falou-se concretamente na Litotricia, na Radioterapia, na Medicina Nuclear, o que é que aconteceu? Foi dito que a situação era enquadrada mais tarde, passado três anos não há nada a este nível e os nossos idosos, principalmente os idosos que mais precisam para terem tratamento, têm que ir a Coimbra ou a Vila Real por causa da Litotricia, é isso que está a acontecer, é o adiar e as intenções. Aquilo que nós dizemos é assim, não é reclamar, recomendar, é dizer assim, até poderíamos aceitar uma situação que é somente uma situação de mudança de palavra, não é isso que está em causa. Nós reclamamos ao Estado enquanto munícipes de Viseu, enquanto Membros desta Assembleia a criação da Unidade de Cuidados Continuados, se o Estado conseguir motivar, conseguir dar condições, negociar, sensibilizar as IPSS, óptimo, se não conseguir, os idosos de Viseu não podem ser preteridos em relação aos idosos do resto do País e têm que ter resposta neste âmbito e compete-nos a nós reclamar esta resposta. É este nível que pedimos”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- DOZE – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES

PINTO (BE) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Foi com alguma estranheza que vi aqui convocadas algumas afinidades de enfoque de visão sobre as questões sociais pelo Senhor Deputado Correia de Campos, que de facto, invocou aqui algumas parecências, algumas semelhanças na abordagem do papel do Estado, face às questões sociais em termos de filosofia e de postura ideológica. E porquê o meu espanto? De facto, a política reconhecida como “política de Robin dos Bosques”, ultimamente utilizada e trazida a campo pelo Primeiro-Ministro, pelos vistos não tem de facto tradução no enfoque sobre as questões sociais, sobretudo no que respeita a uma população, enfim, tão vitimizada pela crise como é a terceira idade. De facto, não deixa de me estranhar e são consecutivas as razões de espanto das contradições, quer a nível nacional, quer local, nas políticas que vêm sendo adoptadas. Parece-me que o Estado, e sobretudo no momento que estamos a viver, não pode de forma nenhuma desresponsabilizar-se e atirar para terceiros a “parte de leão”, na resolução de problemas gravíssimos no âmbito social. Não é legítimo, é, digamos, passe a expressão, sem qualquer ofensa, um pouco indecente até em termos de uma filosofia de intervenção social. Pedi de facto para intervir, porque quero deixar aqui claro, que a meu ver, lançar para outrem, para outras pessoas a responsabilidade da



resolução de questões candentes e urgentes no País, não é compatível com a situação que estamos a viver, provocará certamente o repúdio de muitos cidadãos e munícipes que sabem bem as condições em que vivem, nomeadamente os idosos e os mais desfavorecidos. E disse”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Fernando Girão. -----

- TREZE - SENHOR DEPUTADO FERNANDO ALBERTO TOMÁS DO NASCIMENTO GIRÃO (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu pedi a intervenção, queria dizer o seguinte, esta proposta choca um bocado com a minha sensibilidade em relação à Rede Nacional de Cuidados Continuados. Conheço bem a questão e penso que nunca se fez tanto no sentido de apoiar os idosos, também nunca foi tão necessário actuar como até agora. Eu penso que as nossas primeiras palavras deviam ser para elogiar a maneira como se abordou o problema, com uma Rede de Cuidados Continuados, escalonada, diferenciada e integrada. Eu compreendo que as pessoas digam que é menos agradável, que um idoso seja deslocado para fora do seu Concelho, mas provavelmente é a situação possível numa altura em que a rede ainda não está completa. Acho que a rede avançou bem e avançou depressa, portanto, eu penso que essencialmente é cedo para reclamar. Julgo que é altura de elogiar o que se fez até aqui e realmente é altura de nós chamarmos a atenção para que se faça mais. Para reclamar julgo que é muito cedo, porque a rede tem cerca de dois anos de evolução e acho que as coisas têm corrido relativamente bem, ainda com algumas situações disfuncionais que não são culpa propriamente da estratégia de criação da rede. Por outro lado, queria também lembrar que em relação ao Hospital de São Teotónio, aliás às alterações que o PSD reivindica, que o Hospital tem evoluído alguma coisa noutras áreas, por exemplo, foi criada uma Unidade de AVCs que está a funcionar penso que bem. Há a valência de Cirurgia Vascular, também avançou e mesmo em relação ao tratamento do cancro que não é só radioterapia. Nós sabemos por exemplo que o Hospital de dia tem neste momento mais médicos e consegue abordar muito mais situações do que fazia até aqui. Penso que em questões de saúde, o PSD não tem que dar lições, nem reclamações ao Partido Socialista, porque nós passámos no Hospital a pior altura com uma gestora que esteve lá e que todos conhecem e reconhecem, foi um mau passo que foi dado”.-----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- CATORZE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Algo que o meu amigo e Deputado Municipal Joaquim Pedro trouxe aqui, que é claramente unânime dentro desta sala, está lançada aqui uma grande confusão por causa de palavras, reclamar, ou recomendar. Tudo isto acontece porque há quem ande ouriçado, porque há determinadas palavras que não se podem dizer, porque o chefe pode ficar zangado. Qualquer dia, estamos quase como na Venezuela não se podem dizer determinadas coisas, porque senão agarra-se nos indivíduos e põem-se no aeroporto, tenham paciência! Agora o Senhor Deputado Fernando Girão, ao vir aqui dizer que o PSD não tem que dar lições ao PS, mas que lições? Ninguém quis vir dar lições nenhuma, nem ninguém está a discutir nada. As realidades são estas, Viseu para ter um hospital andou dezenas de anos, tinha o pior hospital do País, hoje graças a Deus tem dos melhores, mas andou dezenas de anos. Se nós continuarmos pacificamente como os carneirinhos para que as pessoas e o Governo, os diversos Governos, não ficassem zangados connosco, caladinhos, quer dizer, mas nós precisávamos de uma Unidade de Cuidados Continuados, mas como estamos aqui à volta vamos aguentando, vamos estar dezenas de anos. Reclamar do Estado, é um direito que nos assiste e o facto de reclamar não quer dizer que seja o Estado a fazê-lo, pode e deve significar inclusivamente, aquilo com que eu concordo também, que é muito mais interessante que isso seja da parte da iniciativa privada, do lado social, mas para isso acontecer, se não aconteceu até agora com facilidade, os próprios estabelecimentos estatais



têm por obrigação motivar as Instituições de Solidariedade Social para que elas próprias se cheguem à frente, avancem nesse processo. Como também actualmente o Estado sabe que a maioria das Instituições de Solidariedade Social têm grandes desconfianças sobre todos estes processos, porque se diz e é verdade, está escrito que o financiamento é da parte do Estado, mas também se chega à conclusão que noventa e muitos por cento, para não dizer noventa e nove vírgula nove por cento das Instituições de Solidariedade Social neste momento estão com situações financeiras desastrosas e não são todas por má gestão, aliás, eu diria mais, a grande maioria delas não é por má gestão, todos têm receita mas... Portanto, vamos pôr aqui as coisas no sítio, é ou não é verdade que Viseu necessita urgentemente de uma Unidade de Cuidados Continuados? É. Então meus amigos, deixemo-nos de pormenores, porque reclamar é um direito que nos assiste. Foram estes últimos Governos, não posso precisar se foi do PSD ou do PS, mas o que o fez, fez muito bem até pôs uma coisa e impôs em todos os lugares públicos, uma coisa a que chama “livro amarelo” para reclamações, porque considera que todos temos o direito de reclamar, quando as coisas não estão bem. Reclamar não é bater em ninguém, portanto, reclamar eu não vejo que seja aqui a palavra-chave para o Senhor Deputado Correia de Campos dizer aqui, que lá estiveram, reclamar vocês têm que se abster, não entendo sinceramente. Portanto, vamos deixar-nos de pruridos, ninguém quer fazer mal a nada, o que nós queremos é que o Estado e as Instituições de Solidariedade Social e a sociedade civil celebriem rapidamente, nós o que podemos fazer é este tipo de reclamação pública, para que tenhamos rapidamente uma Unidade de Cuidados Continuados. E já agora, aproveitava para remeter só aqui uma acheга e porque não, Senhor Presidente da Câmara, a SRU deitar também a mão a isto e pensar que essa Unidade de Cuidados Continuados não pudesse ser no Centro Histórico da Cidade. Muito Obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para intervir nesta matéria. -----

- **QUINZE** - **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para intervir nesta matéria, do seguinte modo: “De facto costumo apenas intervir no fim, mas como vai haver uma votação, acho-me no dever de dizer o que é que a Câmara sabe sobre este assunto. Eu espero sinceramente que não seja necessário mudar as palavras, porque senão quase que sugeria também ao promotor que pusesse lá, solicito humildemente à Administração para que tenhamos uma Unidade de Cuidados Continuados, espero que não cheguemos aí, mas eu vou dizer aquilo que nós sabemos na Câmara sobre as Unidades de Cuidados Continuados. Há pelo menos cinco Instituições de Viseu envolvidas nesta problemática e uma delas numa sessão pública veio dizer, porque não percebia, porque é que foi reprovada a candidatura. Portanto, há até uma Instituição do Concelho que se candidatou e digamos, foi reprovada a sua candidatura. Mesmo que eventualmente fosse uma questão do equipamento, acho que quem estava interessado, porque esta questão para as IPSS não é pacífica, eu vou só dar números para verem como é que uma IPSS há-de ter algum problema, também em se atiraram a um investimento desta natureza. Aquilo que é dado pelo Estado é setecentos e cinquenta mil euros para investimento na ordem de dois, vírgula três milhões de euros. Uma IPSS há-de pensar duas vezes antes de naturalmente se abalançar num projecto desta natureza. Portanto, neste momento nós temos três IPSS de Viseu a procurarem junto da Câmara apoio, nomeadamente para a cedência de terreno, é a única forma, digamos, de se poderem atirar a este investimento e temos duas Instituições que já foram abordadas, uma a quem foi pedido que fizesse o investimento a expensas próprias, da sua inteira responsabilidade. Naturalmente é uma diferenciação de tratamento relativamente àquilo que se passa noutros Concelhos e uma outra Instituição a quem foi reprovada a candidatura, e foi reprovada a candidatura, pode ser até por razões, mas foram razões de pormenor. Para quem quer investir, para quem quer uma Instituição de Solidariedade Social e para quem quer fazer a cobertura de um Concelho, que manifestamente está carenciado desta



cobertura, poderia ser muito mais aberto com a Instituição, eventualmente dizer-lhe, olhe isto não está bem, sugiro-lhe que adapte o projecto e a candidatura será aprovada. Mas é evidente que as candidaturas que foram aprovadas, à frente dessa, naturalmente, Resende, Tarouca, Mortágua, não sei se esta ordem tem algum significado, mas estas foram aprovadas, portanto, não há nenhuma razão para nós aqui não reclamarmos e sobretudo não mostrarmos a solidariedade a uma Instituição do Concelho que tem feito um excelente trabalho, que se candidatou na altura própria, que está disponível para investir os seu parcos recursos na parte que lhe diz respeito e a quem foi recusada por quem decide, esta aprovação. Há outros critérios, mas não se pode dizer que não haja nem promotores sociais no Concelho de grande alcance, nem que eventualmente o Governo não está ciente daquilo que lhe foi colocado, por promotores deste Concelho”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar profere as palavras seguintes: “Muito obrigado, então terminámos a discussão desta Moção, vou pôr à votação. A Moção foi aprovada por unanimidade. Dou a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Peres, Presidente da Junta de São Salvador”. -----

- **DEZASSEIS** – **SENHOR DEPUTADO ÁLVARO PERES PEREIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO SALVADOR (PSD)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu venho aqui com muita satisfação e com bastante alegria pelo que se passou na minha Freguesia. No dia dez de Fevereiro, foi inaugurado pelo Senhor Presidente da Câmara, Senhor Doutor Fernando Ruas, uma obra importantíssima. Não é só inaugurar tapetes, pequenas reparações e pequenos calcetamentos, mas esta obra para mim foi das mais importantes que eu englobo nas grandes, porque de facto, é grande pela sua natureza. Foi inaugurado no dia dez de Fevereiro uma Biblioteca na Escola Primária de São Salvador, que é uma obra que deixa toda a gente feliz daquela Freguesia. No entanto, tenho que agradecer a algumas pessoas que acompanharam essa obra, é o Fórum e várias entidades que se meteram neste trabalho. No entanto, também queria aqui agradecer à Câmara Municipal de Viseu, da maneira que tem tratado a nossa Freguesia a nível escolar. A nível escolar, tenho que informar que a Escola de Vildemoinhos teve o aumento de três salas, tinha três, passou para seis. A de São Salvador passou de três para seis, mais um Jardim de Infância, portanto, a minha Freguesia está equipada dignamente com a parte escolar. Além destas obras quero também salientar o bom funcionamento e tratamento que a Câmara tem dado ao equipamento, ao bem-estar daquelas crianças que para nós são o futuro. Não há dúvida nenhuma que para mim foi um dia feliz, felicíssimo, porque sou uma pessoa que nasci naquela Freguesia, criei-me e não fui criado dessa maneira, porque a vida era diferente, mas quero salientar de facto, a Câmara pelo bom trabalho que lá tem feito em equipamentos, em vedações, limpeza, higiene. Tem sido impecável, não posso dizer mal, porque de facto, o bem está à vista de toda a gente. Ainda há bocadinho ouvi aqui falar em escolas, lembrei-me logo das minhas. As minhas escolas estão excelentes! Tenho em Vildemoinhos seis salas de aulas impecáveis, tenho um Jardim de Infância que um colosso. Tenho em São Salvador mais três salas de aulas e um Jardim de Infância extraordinários. Tenho em Paradinha duas salas e um Jardim de Infância. Ora digam meus amigos, que vale a pena viver na minha Freguesia. Estou muito, muito comovido, porque de facto, por aquela riqueza que eu tenho lá na minha Freguesia. Mais uma vez, muito obrigado à Câmara Municipal, tem-se esforçado bastante com aqueles equipamentos, com tudo que têm montado, vedações e esses pormenores. Mais uma vez agradeço a todos que me ouviram. Muito obrigado e um bom dia”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- **DEZASSETE** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD)** – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Actualmente a maioria dos cidadãos está consciente que iremos enfrentar uma crise ambiental e irreversível se não alterarmos a forma como a energia é produzida e utilizada. O que significa que no



futuro temos que utilizar muito mais as fontes de energia renováveis e concentrarmo-nos em melhorarmos a eficiência energética. A realidade dos números, diz-nos que metade do nosso consumo energético, provém de combustíveis fósseis importados. Se as tendências actuais se mantiverem, mais de dois terços do nosso consumo energético serão importados até dois mil e trinta. Os combustíveis fósseis utilizados dos sectores da energia e dos transportes são também a principal causa de emissões de CO₂ o principal gás com efeito de estufa, responsável pelas alterações climáticas. Em mil novecentos e noventa e sete, a União Europeia assinou o “Protocolo de Quioto” e comprometeu-se a reduzir as emissões de gás com efeito de estufa em oito por cento até dois mil e doze. Em comparação com os níveis emitidos em mil novecentos e noventa e nove, apesar das tendências actuais apontarem para o aumento das emissões, em dezasseis de Fevereiro de dois mil e cinco o “Protocolo de Quioto” entrou em vigor para apoiar este compromisso. Desde dois mil a União Europeia tem vindo a adoptar inúmeras medidas relativas, para ajudar as tecnologias de energias renováveis energeticamente eficientes a penetrar no mercado. Através da transposição das directivas comunitárias, Portugal tem acompanhado este esforço através do incentivo às energias renováveis e da regulamentação da obrigatoriedade da existência da certificação energética dos edifícios. No entanto, é preciso compreender que o esforço não deve ser só efectuado a nível do Poder Central. Torna-se pois necessário, que os actores locais tenham políticas proactivas no sentido da utilização das energias renováveis e na utilização racional dos recursos energéticos. Dentro deste espírito foi assinado o denominado “Pacto dos Autarcas” que de grosso modo, pode explicar como o compromisso dos Autarcas Europeus em reduzir as emissões de CO₂ como uma meta ainda mais ambiciosa do que a definida pela União Europeia. O “Pacto dos Autarcas” é considerado o desafio mais ambicioso na luta contra o aquecimento global, lançado pela Comissão Europeia. As cidades europeias aderentes têm como principal objectivo a redução das emissões de CO₂ em mais de vinte por cento, até dois mil e vinte, graças a medidas no domínio da eficiência energética e da promoção de energias renováveis, vertidos em plano de acção para a energia sustentável. Aderiram a este pacto quatro centenas de Municípios cá em Portugal, entre nós, eu diria, se não estou enganado, cinco Municípios. O que quer dizer que este movimento demonstra cabalmente a consciência de que os Autarcas têm com o combate às alterações climáticas, não pode passar só pelos Governos Centrais. Os Autarcas melhor do que ninguém sabem que o facto de estarem mais perto dos cidadãos, faz com que consigam resultados rápidos e eficazes. Ganha ênfase a máxima “pensar global, agir local”. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, sei que este discurso que não lhe é alheio, Viseu mesmo antes do discurso político se ter centrado nas questões climáticas e ambientais, já tinha há muito uma política ambiental centrada no desenvolvimento sustentável. Naturalmente que o Senhor Presidente comunga da opinião de que gerir melhor os recursos energéticos é sinal consciente de uma gestão dos recursos públicos e da responsabilidade com as gerações vindouras. Dentro deste quadro, desafiava o Senhor Presidente a reflectir connosco sobre a vantagem ou não, da adesão de Viseu a este “Pacto Autárquico”, uma vez que apenas cinco Municípios Portugueses aderiram, não se isto pode indiciar que estamos perante um falso pacto, ou então um simples compromisso que pode não ter grande aplicação prática. Pedia também que anunciasse a esta Assembleia, os Municípios o que tem sido feito na procura por parte do Município duma maior eficiência barra eficácia energética. Se já foi solicitada alguma auditoria energética ao Concelho para se definir um plano de acção que permita uma maior eficácia e eficiência energética. Se estão pensadas iniciativas para fomentar a discussão em torno da racionalidade energética e na sensibilização das populações mais novas. Que tipo de medidas é que têm sido adoptadas, por exemplo, na iluminação pública, nas escolas e nos diversos equipamentos camarários. Tenho dito. Muito obrigado”. -----



- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Renato Pereira. -----

- **DEZOITO** – **SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PSD)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “O fenómeno da toxicodependência tem acompanhado o homem na sua evolução, pelo que o comportamento da sociedade relativamente a esta problemática tem sofrido profundas alterações ao longo dos anos. Não obstante ser um tema controverso, e por isso muito exposto a diferentes abordagens em função das diversas opiniões, este é, sem dúvida, um fenómeno real, que afecta muitas famílias portuguesas e que não está apenas consignado a alguns. Os problemas relacionados com a toxicodependência são dramáticos, e em menor ou maior escala, visíveis em todo o País. É verdade que nos últimos anos se observaram importantes melhorias no combate e tratamento da toxicodependência em Portugal, sendo de salientar a consolidação da tendência de redução dos consumos mais problemáticos como é o caso endovenoso, assim como a minimização de alguns dos aspectos mais perversos da toxicodependência, designadamente a contaminação por HIV, tuberculose e Hepatites. Também no âmbito e procura de tratamentos, e segundo o último Relatório Anual da situação do País em Matéria de Droga realizado pelo Instituto da Droga e Toxicodependência observa-se um aumento do número de indivíduos que se pretendem curar, facto que não poderá deixar de ser contextualizado pela maior oferta e disponibilidade das estruturas para o efeito. Em Viseu em particular, com o incremento da qualidade e diversidade dos serviços prestados, a melhor preparação e adequação dos meios humanos e técnicos, e a adopção de melhores terapêuticas, permite visualizar progressos que devem motivar todos aqueles que desenvolvem os seus esforços nesta causa. Realça-se o trabalho executado pelo Centro de Resposta Integrada de Viseu nas suas diversas vertentes, assim como a pertinência dos investimentos que têm sido realizados pela Câmara Municipal. De facto, o desenvolvimento e reforço de programas culturais e desportivos, a construção de equipamentos destinados à prática do exercício físico, assim como as intervenções efectuadas (ou projectadas) em alguns bairros problemáticos, tem conseguido promover a adopção de estilos de vida mais saudáveis, e minimizar os efeitos da exclusão social que está tantas vezes associada à toxicodependência. Contudo, e não obstante os progressos enunciados, os relatórios elaborados pelas entidades com competências nesta temática confirmam as e preocupações e percepções que muitos de nós têm relativamente a este problema. Hoje, como nunca, o fenómeno é cada vez mais complexo. As mutações de hábitos de consumo e do perfil dos consumidores, associado à crescente diversidade de oferta de substâncias, assim com a sua rápida divulgação, disseminação e até, por que não dizer-lo, tolerância da sociedade, algumas práticas de consumo, constituem um crescente desafio. A incidência do consumo no meio juvenil é alarmante, verificando-se a prevalência de utilização de novas drogas que estão tantas vezes associadas a padrões culturais emergentes, e cujas consequências da sua utilização ou não, são totalmente conhecidas, ou apenas se revelam a médio e longo prazo. De facto, e não obstante os esforços desenvolvidos pelas diversas entidades competentes, e pelo Instituto da Droga e Toxicodependência em particular, constata-se alguma imperceptibilidade das mensagens emitidas. Sendo certo que a diabolização do uso destes estupefacientes poderá não conduzir aos melhores resultados na comunicação com os mais jovens, verifica-se, muitas vezes, uma perigosa noção de ilusão de inofensividade do uso destas substâncias, que apenas poderá ser travada com políticas de comunicação mais acutilantes, assertivas e sobretudo, mais visíveis. Por outro lado, as preocupações manifestadas pelo Instituto da Droga e Toxicodependência no que respeita à sua desorçamentação – facto que é denunciado no último plano de actividades disponível – são demasiadamente inquietantes para serem desprezadas, principalmente quando têm influência directa na capacidade deste Organismo em desenvolver campanhas de prevenção. Imperativo, também, é reduzir o estigma da sociedade perante os ex-



toxicodependentes. A total reabilitação destas pessoas, passará, sempre, pela sua reinserção social e laboral, sendo que nesta matéria o Estado terá, necessariamente, que ser o primeiro dar o exemplo. Já no que respeita ao tráfico de estupefacientes, o seu combate deverá ser sempre uma prioridade. Para além da sua consequência mais óbvia - que passa pela oferta destas substâncias -, o tráfico tem implicações profundas no plano social, no aumento da criminalidade e incidência de crimes económicos, o que, como é sabido, afecta significativamente a qualidade do nosso sistema democrático. Tantas são as vezes que o tráfico é efectuado de um modo visível, que custa a entender a passividade das autoridades, assim como do próprio sistema judicial. Não podemos, pois, permitir que o sentimento de impunidade instalado na nossa sociedade relativamente a este tipo de crime e a estes criminosos subsista. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores. Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e meus Senhores, por tudo isto, e porque sabemos que a luta contra a droga é demasiadamente extenuante e complexa, estamos certos que apenas a congregação do esforço da sociedade em geral poderá permitir alcançar melhores resultados. Assim, no âmbito das acções que têm sido promovidas pela Assembleia Municipal no sentido de envolver todos os intervenientes da sociedade na discussão de temáticas de manifesto interesse público, propomos a realização de um colóquio com a participação dos agentes que estão directamente ligados ao combate desta problemática. Uma iniciativa onde se procure debater a evolução do fenómeno no País e no Concelho em particular, o acompanhamento e as respostas que têm sido dadas, assim como a projecção de estratégias de actuação para os próximos anos. Apesar das inúmeras dificuldades com que nos deparamos, combater a toxicodependência deve ser uma prioridade. Uma prioridade do Governo Central, uma prioridade das Autarquias. Uma prioridade dos Organismos Públicos, mas também dos privados. Uma prioridade das Instituições Sociais, uma prioridade para as Instituições Religiosas. Em suma, uma prioridade de todos nós! Obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado, portanto, há uma proposta sobre a realização de um colóquio sobre a temática da toxicodependência, ponho à discussão. Tenho uma inscrição da Senhora Deputada Patrícia Monteiro. Faz favor, tem a palavra”.

- DEZANOVE – SENHORA DEPUTADA PATRÍCIA ALEXANDRA ALMEIDA MONTEIRO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Relativamente a este tema, a toxicodependência, é um tema que quer queiramos, quer não, ainda permanece na preocupação de alguns. Num inquérito à população portuguesa a toxicodependência deixou de estar nos primeiros lugares das principais preocupações. Portanto, congratulo o ter trazido o tema aqui a esta Assembleia e dar duas pequenas notas que julgo pertinentes, para informação dos Membros desta Assembleia, mas também, para percebermos um bocadinho o que é que tem sido feito. Portanto, há em Portugal e pelas mãos do Instituto da Droga e da Toxicodependência, um plano a nível nacional, chamado Plano Operacional de Respostas Integradas, que no fundo permitiu analisar a realidade de forma sistemática e com um método muito próprio. Esse PORI, Plano Operacional de Respostas Integradas, pretende no fundo fazer uma avaliação local, para deste modo constituir o que chamamos os PRIS, os Programas de Respostas Integradas e no caso específico de Viseu, importa aqui salientar que foram identificados dois territórios e portanto, a Autarquia também está dentro deste assunto. Dois territórios seleccionados, nomeadamente o território de Viseu, Freguesias periurbanas, constituído por seis Freguesias e as Freguesias Urbanas. Importa aqui reforçar que além do investimento e de todo o trabalho desenvolvido pelos CRIS, Centros de Respostas Integradas, que no fundo são os órgãos mais locais, não é do IDT. O que é que se tem feito através deste plano? Tem-se diagnosticado necessidades locais e que originaram o quê? Concurso público em



que as entidades locais se poderiam candidatar, para dar respostas e colmatar algumas falhas, ou para dar resposta a algum trabalho que ainda se entende necessário. Destes dois concursos, Freguesias periurbanas e Freguesias urbanas, importa aqui salientar que teremos um investimento de cerca de quinhentos mil euros no Concelho de Viseu, que será dividido por várias áreas, aqui como foram referidas algumas, nomeadamente a prevenção, a reinserção, a redução de riscos e minimização de danos. Portanto, este dinheiro irá para as mãos das entidades que concorreram, o primeiro concurso já foi fechado, não é? Das Freguesias periurbanas, o segundo está em fase final de análises de candidaturas, mas portanto, teremos a sociedade civil, as associações, as IPSS do Concelho de Viseu, que irão promover intervenções nestas áreas da prevenção, da reinserção, no fundo de forma articulada com o IDT, com estruturas locais do IDT, com a Autarquia, com a Segurança Social e outros organismos que entendamos necessários, dar esta resposta no terreno. Julgo que este fenómeno, comentando aqui um bocadinho, é um fenómeno complexo, é multifactorial. Logicamente que teremos aqui alguma evolução, temos respostas como entendemos a serem trabalhadas, cada vez mais adequadas para dar resposta exactamente a estas alterações, como falamos de consumo ou de padrões de consumo. Logo esta preocupação da desorçamentação, no caso específico do Concelho de Viseu, julgo que terá aqui um bom investimento e poderá fazer de forma articulada e integrada, que é no fundo as grandes orientações, dar respostas concretas com responsabilidade directa das entidades responsáveis no Concelho. Portanto, desta congregação de esforços, julgo que estamos neste caminho e que a Autarquia também terá, sem dúvida, o seu papel. Relativamente ao colóquio, eu julgo que é importante analisarmos o que é que temos, é importante analisarmos o que é que poderemos fazer mais. Julgo que relativamente ao colóquio, os colóquios são sempre bem-vindos. Muito Obrigada”.

- **MESA** – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- **VINTE – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRACA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu em princípio, obviamente que estou de acordo com a proposta da realização de um colóquio sobre um tema tão importante. De qualquer forma, gostaria de esclarecer uma dúvida que me foi suscitada pela formulação e defesa da própria proposta. Eu gostaria de saber concretamente, se o enfoque deste colóquio vai ser sobretudo na área da prevenção, tratamento e reinserção dos toxicodependentes, ou no combate ao grande tráfico de droga. Isto porque, na forma como foi colocada a questão pareceu-me ser um pouco excessiva a expressão combate, eu penso que sim, que a expressão combate é muito adequada no que concerne ao tráfico, ao grande tráfico e tudo que a ele está ligado. No que se reporta aos toxicodependentes, parecia-me mais ajustada a expressão apoio e resolução dos seus problemas, pois são de facto pessoas com doença, não é? Não sei se pretende ser assim tão abrangente quanto isso, nesse colóquio e colocar no mesmo cesto todas essas questões. Gostaria de ver esclarecida, a meu ver, parecia-me importante de facto ter um painel com o enfoque variado sobre esta problemática. Se assim for essa a ideia, pois obviamente estarei de acordo com a realização deste colóquio, com um enfoque diversificado nas várias facetas que esta problemática representa, nomeadamente, não só o apoio a quem sofre desta doença e a prevenção, mas também as questões que se prendem com o tráfico, as lavagens de dinheiro, etc., a que eles estão ligados e que normalmente ficam um bocado arredadas desta abordagem. Disse”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Renato Pereira. -----

- **VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PSD)** – Usa da palavra para responder a algumas questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “De facto e foi dito e bem, esta é uma problemática que tem diversas particularidades e portanto, tem que ser sempre tratada numa forma transversal. Quando



propomos a realização do colóquio é precisamente nesse âmbito, na problemática da toxicod dependência. Quando se fala do combate, portanto, é do combate dessa problemática em todas as suas áreas. Vai desde a prevenção, vai desde o tratamento, vai desde todas as áreas que aqui falámos. Eu queria deixar bem claro, que o âmbito da proposta é a problemática no seu conjunto, no geral, com todas as suas implicações e nenhuma parte em particular”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Vou pôr então a proposta à votação. A proposta está aprovada por unanimidade. Obviamente que me congratulo com esta proposta e pedia depois aos Grupos Municipais, que indicassem os seus representantes, para criarmos como é habitual, no fundo, um grupo de trabalho de dinamizar esta iniciativa. Dou a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria”. --

- **VINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Senhor Presidente era rápido, era só para ser informado sobre o desenvolvimento, se houve ou não, em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis. Na última Assembleia aprovámos aqui um Voto de Repúdio à Administração Central pelo atraso que tinha que estava a prejudicar gravemente os viseenses. O atraso de uma proposta que a Câmara tinha enviado à CNAPU, em Agosto de dois mil e sete e na qual solicitávamos esclarecimentos. Era no fundo saber, se já foram prestados esclarecimentos e também da parte da Câmara, se houve algum desenvolvimento posterior a esta aprovação da nossa Moção, já que este é um problema que reputamos como um problema grave em termos dos viseenses, que estão a ser prejudicados pela aplicação do Imposto Municipal sobre Imóveis”. -----

- **MESA** - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz o seguinte: “Em relação à Assembleia Municipal, o que poderei dizer é que todas as deliberações da Assembleia Municipal, dois três dias depois de serem tomadas, têm a sua execução e portanto, esse voto foi enviado às entidades que foram solicitadas e até agora não houve nenhuma reacção”. De seguida dá a palavra ao Senhor Deputado António Lopes, Presidente da Junta de Fragosela. -----

- **VINTE E TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO DE ALMEIDA DE JESUS LOPES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FRAGOSELA (PSD)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “A minha vinda aqui, não é para tratar assuntos da minha Freguesia, mas sim de assuntos que se prendem com o nosso concelho e com a nossa região. Vou falar concretamente da tão esperada construção do Matadouro Regional de Viseu. É um processo que se arrasta há vários anos e prende-se com o encerramento do antigo Matadouro Regional de Viseu, que depois de muito trabalho realizado e de se constituir a sociedade, deu bastante trabalho para se constituir, onde se desenvolveram as autarquias, particulares e um investidor estrangeiro. Conseguiu-se adquirir um terreno para a referida construção e apresentar um projecto para ser financiado pelo Estado, tal como está consagrado numa petição que foi discutida na Assembleia da República, em que o Governo se comprometeu a financiar um matadouro novo de raiz. A petição é pública e até o relator é um viseense, quem foi o relator dessa petição é um viseense e pelos vistos, até já o apelidaram de “Chefe da Agricultura”. Portanto, nós apresentámos o projecto em tempo útil, foi em Agosto. Havia esperança que o projecto fosse aprovado pelo Estado, para financiar tal como estava garantido na petição. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, aquando da discussão e na divulgação do PRODAR – Programa Operacional para a Agricultura, pediu ao Senhor Ministro da Agricultura, ao seu Secretário de Estado, que o staff estava todo no Solar do Vinho do Dão, em que o matadouro de Viseu, fosse apreciado com olhos de ver e com algum cuidado, porque se tratava de um projecto muito estruturante para a região de Viseu e para a agricultura regional. O Senhor Ministro disse que iria ser e o Senhor Director Regional, que também iria trabalhar sobre o assunto. O certo é que, o processo



entrou em desmorte, como entram todos os projectos e passou para Viseu. Tivemos o cuidado de pedir ao EFAP de Viseu para quando o processo chegasse a Viseu para ser analisado, que estávamos disponíveis para alguma eventualidade no processo, em audiência prévia, para esclarecermos alguma anomalia que pudesse existir. Espanto nosso quando fomos confrontados com uma carta a indeferir o projecto. Sublinho aqui. indeferir. Porque eu li um comunicado, ou excertos de um comunicado na Comunicação Social que veio do Ministério da Agricultura, em que dizia que o projecto não foi indeferido, que foi impedido para ser melhorado. Isso é mentira, não diz lá nada que seja para melhorar, diz a palavra indeferido. Cinco dias depois de recebermos essa carta, recebemos uma outra, a dizer que podíamos voltar a candidatar o projecto. É esta verdade. Em nome da Associação de Criadores de Gado da Beira Alta e em meu nome, porque faço parte do Conselho de Administração da Sociedade Matviseu, em representação dos parceiros, porque o belga como tem a maioria no Conselho de Administração... lamento profundamente que o Governo numa altura de crise e quando há investidores que querem montar uma empresa num Concelho de Viseu e da região, que directamente logo para arrancar, teria que arrancar com quarenta e cinco postos de trabalho, não tenham tido o cuidado. Cuidado tiveram, mas cuidado ao contrário, que foi de indeferir. Eu não queria aqui dizer que isto é perseguição política, para a região e para os promotores, mas como também não havia nenhuma autarquia a mais, todas as autarquias e quase todos os signatários, ou os investidores não eram das cores apetecíveis, foi possivelmente por isso chumbado. Não tiveram o cuidado que a região merecia, por isso, agora a Assembleia-Geral da Sociedade Matviseu, vai reunir no dia vinte e oito. Iremos tomar uma posição e os investidores, autarquias, particulares e as associações vão ter que tomar uma posição sobre isso. Não sei se valerá a pena, enquanto este Governo assim tomar partido dos investimentos que quer fazer, ou mais, filtrar os investimentos que querem fazer e direccioná-los com alguma focalidade para algumas personagens saírem por cima desse mesmo investimento, não sei se valerá a pena voltarmos a apresentar o projecto. Em meu nome pessoal e da minha associação que represento, quero apresentar o meu desagrado profundo, porque se fossem pessoas sérias que estivessem a analisar, o próprio Governo, o próprio Ministério da Agricultura, deveriam acolher este projecto, mas infelizmente os protagonistas que estão a analisar isto, são os mesmos que encerraram o nosso antigo matadouro. São esses mesmos e também quero lamentar uma ausência de resposta nas investigações que estão a ser feitas, pela antiga venda dos três matadouros, que até hoje o Ministério Público ainda não disse uma palavra. Depois admiram-se muito que caíam sempre as investigações na altura das eleições. Se calhar, eu não estaria aqui a perguntar porque é que o Ministério Público ainda não acusou, ou ilibou, ou não sei, pronto, se houve uma boa investigação, ter que haver resultados, portanto, é altura das eleições. Agora se o Governo dissesse, sim senhor, vocês merecem o matadouro está prometido, é de justiça, eu se calhar não viria aqui falar que as investigações ainda não foram feitas. Portanto, o meu lamento é em nome dos Agricultores da Região de Viseu". -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- VINTE E QUATRO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para fazer um pedido de esclarecimento: “Eu gostaria de dirigir vários pedidos de esclarecimento ao Senhor Deputado António Lopes ilustre Presidente da Junta de Freguesia de Fragosela, sobretudo por três razões: Primeiro, porque ele referiu que este projecto era um projecto que se considerava muito estruturante, o que significa que as responsabilidades de um projecto muito estruturante são naturalmente correspondentes, são responsabilidades estruturantes e têm que ser levadas até ao fim. Em segundo lugar porque o Senhor Deputado pronunciou uma declaração aqui, uma afirmação se fossem pessoas sérias a analisar, ou seja, o Senhor



Deputado questiona de uma forma implícita a seriedade das pessoas que analisaram este processo. Em terceiro lugar, porque o Senhor Deputado fez quase um ataque ao Ministério Público por não decidir determinada coisa, ou está a deixar passar para âmbito eleitoral. Não me pronuncio sobre estas razões, acho-as suficientemente graves para Senhores Deputados sobre elas fazer algum pedido de esclarecimento. O primeiro pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado António Lopes, sabe das razões pelas quais o seu projecto foi indeferido? Porventura saberá do projecto que falou hoje aqui, não é certamente apenas o seu projecto, tem é uma parceria. Sabe das razões de falta de coerência técnica, económica, financeira e de não apresentação de informações técnicas suficientes para que o processo pudesse ser deferido? O Senhor Deputado António Lopes porventura tem conhecimento de que lhe foi dado a conhecer aos promotores a possibilidade nos termos do Código do Procedimento Administrativo apresentar as alegações que considerassem pertinentes na sequência da notificação da intenção de deferimento? Intenção, Código Administrativo dez dias para apresentar reclamações, não as apresentou porque? Quer ter a bondade de nos informar? Sabe porventura que estava aberto e que foi notificado logo, nessa notificação também, até trinta e um do doze de dois mil e oito outro concurso no qual seria possível apresentar outra alternativa? Sabe porventura que o prazo desse concurso foi depois prorrogado por um novo aviso para trinta e um de Janeiro de dois mil e nove, e se isto tudo foi feito, porque é que os promotores não apresentaram nova candidatura corrigida dos defeitos da primeira? O Senhor Deputado proferiu algumas afirmações que precisam de ser esclarecidas”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Lopes. -----

- VINTE E CINCO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO DE ALMEIDA DE JESUS LOPES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FRAGOSELA (PSD) – Pede a palavra para responder da seguinte forma: “Eu sabia que havia nessa bancada uma pessoa muito bem preparada para me responder, portanto, não sabiam que eu iria intervir mas quase que já adivinhavam que eu não me calaria aquilo que se passou. Claro que nós recebemos a carta a dizer que tinha sido indeferido e que tinha dez dias para... Senhor Deputado eu tenho a Assembleia de accionista, vamos reunir os documentos vão ser entregues na Assembleia e lá diz tudo o que diz a carta. A carta é pequenina, muito curta e diz lá a palavra indeferido, não diz lá a intenção de o deferir, diz indeferido é totalmente diferente. Também recebemos a tal carta que podemos até trinta e um e também sei que foi prorrogado o prazo até trinta e um de Janeiro. Tivemos e pedimos a audiência ao IFAP no prazo dos dez dias para esclarecermos essa situação, claro que fomos lá, fui eu, os dois técnicos, os economistas que lavraram o projecto económico. O que nos foi dito e a pessoa que nos recebeu não é a pessoa para vir desmentir, foi-nos dito que não valeria a pena apresentarem ou reclamar, isso não iria dar a lado nenhum que valeria mais a pena apresentarem uma nova candidatura. Porque eu também sei e a maioria dos portugueses sabe, que na Assembleia da República foi questionado o Governo por um Deputado da Assembleia, para dizer ao País quantos projectos agrícolas foram aprovados no primeiro aviso, quantos é que foram que o Ministro da Agricultura disse quantos foram aprovados, que eu saiba não apontou nenhum, não disse nenhum, porque não era a Pesca Nova, esta até foi negociada directamente sem passar pelos avisos. Esse projecto se houvesse políticos aqui na região, políticos na Assembleia da República com responsabilidades devia ser aprovado, devia ser tratado directamente sem ir para os avisos. Porque nós sabemos, que nos avisos o que vai calhar a um projecto desta dimensão, uma coisa de nada e o Senhor Deputado sabe muito bem, e já que está tão informado na agricultura, qual é a percentagem máxima que um projecto destes iria ter se fosse por um aviso, iria levar o que leva um agricultor, não é menosprezar os agricultores, isto aqui é um projecto estruturante para os agricultores, deveria ser pelo menos e o mínimo que se exigia era que fosse classificado no PIR, era um projecto de interesse regional e isso não entrava no aviso,



seria classificado pela Doutora Rita Horta a quem foi endereçado o projecto, que era a directora do programa e era canalizado como PIR para a região. A Direcção Regional com as forças deveria analisá-lo e seria classificado, para ser analisado e diferenciado e financiado em relação aos outros projectos dos avisos. Isso eu disse e mantenho, se houvesse seriedade no Governo era assim que iria ser tratado, do Procurador Geral da República eu não tenho medo se é uma ameaça não estou a ameaçar ninguém, eu lamento que isso não esteja tratado e não esteja já tudo resolvido. Esta investigação já começou há três anos, porque que é que já não devia ter terminado? Já concluí”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Muito bem. Esgotamos o período antes da Ordem do Dia e dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a algumas questões que lhe foram colocadas ao longo deste período”. -----

- VINTE E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas: “Senhor Presidente vou tentar responder algumas perguntas que me foram colocadas, não foram muitas, dar resposta e também não deixar de comentar algumas coisas que também me parecem importantes. Sobre a primeira intervenção, eu folgo muito que os nossos semáforos de contagem regressiva para além de serem pioneiros no território nacional, estejam a ser um êxito. Gostaria de somar aos êxitos que conhecemos por parte do cidadão normal, o testemunho da Presidente da Associação dos Autistas a dizer que é um contributo enorme para aqueles cidadãos. Os cidadãos autistas com este equipamento não param no meio da passadeira, o que de facto foi mais uma vantagem a acrescentar aquelas que já conhecíamos. Depois da paragem dupla, o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho veio-me perguntar porque é que se continua a parar em segunda fila ao pé das escolas, por acaso depois corrigiu que não era a Polícia Municipal, havia de ter um contingente para tudo, mas eu pergunto o que é que está a fazer a Escola Segura, que é mesmo vocacionada para isso e portanto, se param em segunda fila é porque a Escola Segura lá não passa. Já agora uma outra coisa, esta de parar em segunda fila e não haver Polícia Municipal desmente a saciedade dos cronistas de última hora, alguns que agora aparecem, da caça à multa, se a intenção fosse a caça à multa lá estava a Polícia Municipal a caçar os indivíduos todos, cai pela base algumas acusações que são feitas aqui de forma gratuita. Sobre a Escola de Ranhados é bom que nos detenhamos sobre isto e ver se a gente não confunde, ou se não traz aqui... Há aqui algumas pessoas que têm o hábito de vir confundir, esbracejam muito para deixar tudo na mesma, é assim com a estrada duzentos e vinte e nove é atirar sempre para a confusão, arranjar algum argumento e a intenção é sempre a mesma, não o fazer, vamos lá ver o que é que está escrito com a Escola de Ranhados e ver se há alguém que pelo menos alguma vez mostra esta costela de viseense. Nós gostaríamos, em vez de consecutivamente e sistematicamente a fazer-se só a defesa intransigente do Governo, é o que vemos constantemente, ai de alguém que toque no Governo, porque há aqui uma bancada que fica logo extramente hipersensibilizada. Então o que é que está em jogo? Independentemente que se vem lá com os terrenos, que a Autarquia é que mudou o terreno, bem para quem tem que arranjar um terreno numa cidade, de mais de trinta mil metros quadrados, de facto é fácil, extremamente fácil, até por aí se vê como é que os Municípios são prejudicados, eu ia dizer pressionados para não usar outra palavra mais complicada a arranjam terrenos. Um terreno que custo tem ao Município, dois vírgula cinco milhões de euros, como seja fácil arranjar terrenos, há-os aí aos pontapés, não é aquele é aqueloutro, é que o Município tem que fazer um trabalho profundo para arranjar um terreno, mas arranjou, e apresentou-o publicamente tirando o pão da boca às pessoas que queriam insistir que o Município não tinha terreno, tivemos terreno e temos um acordo de colaboração que foi assinado livremente por ambas as partes, então se este acordo for alterado e foi publicado em Diário da República, eu noto isto, para que se



queira que este acordo seja alterado, é preciso que parte esteja de acordo, o processo é muito simples, legitimidade para se propor alteração, aceitar se a outra parte não quer alteração, é o que se passa neste momento. Alguém que vem falar em nome do Município, dizer que é melhor para o Município, eu peço desculpa por enquanto, quem diz o que é melhor para o Município foi quem livremente foi eleito e nós o que é melhor para o Município é aquilo que está no acordo celebrado em Diário da República, porque senão qualquer dia estas coisas não têm valor nenhum, e nós queremos que o Governo cumpra aquele acordo, o vinte e sete dois mil e cinco e portanto, o Governo só tem que cumprir aquele acordo. Oh Senhor Professor Mateus, o Governo tem que ser como a mulher de César, honesta e parecê-lo, só tem que cumprir o acordo mais nada, e vou-lhe dizer mais, nós estamos à espera para começar a obra. O Senhor Professor perguntou outra coisa, infelizmente eu tenho que lhe dizer, que nem temos o projecto connosco, é por causa da indeferição. Há muita gente aqui que sabe muita coisa, repare que esta proposta que o Senhor Professor aqui trouxe foi debatida numa reunião de que nós não demos eco à Comunicação Social, só posteriormente com a Senhor Directora Regional, esta proposta de mudança de vinte e cinco, para trinta e duas. Esta proposta foi feita pelo Senhor Director Regional, vejam lá o que é que as pessoas sabem. Estiveram muito atentos porque sabem tudo, o que significa, nós percebemos muito bem como é que isto é feito, não há nenhuma novidade, nós não ficamos presos aqui há alguém e uma entidade que nada tem a ver com o ensino do primeiro ciclo nos venha dizer onde é que andam as escolas, nós sabemos muito bem, nós temos aquelas escolas em Ranhados, vinte e cinco, chegam muito bem e o Governo tem que pagar tudo, foi isso que acordou connosco em troca do terreno, portanto, não vale a pena vir cá com quarenta e duas... acho piada agora, passa-se de vinte e cinco para trinta escolas e depois o argumento que se diz, não se ganha mais? Então mas é o Governo que as utiliza, o Governo até podia passar para trezentas é para utilizar pelo Governo, por uma área que é da sua responsabilidade. Portanto, que ninguém me venha dizer e aconselhar que a Autarquia assinou um acordo onde não paga nada, venha agora ter que suportar um pagamento e depois diz-se com este descaramento que está à vontade e podem ir ao QREN, a gente autoriza-os a ir ao QREN, para ir ao QREN não preciso de nenhuma autorização do Governo felizmente, nós não precisamos de nenhuma autorização, nós não queremos é lá ir ao QREN. O Governo tem que respeitar o acordo de colaboração publicado em Diário da República e espero que o faça, espero sinceramente que as pessoas que guardam as forças sempre para defender o Governo, usem algumas dessas forças para obrigar o Governo a cumprir o acordo que está em Diário da República, eu espero sinceramente que as coisas que estão em Diário da República podem não ser cumpridas, porque senão se começamos todos a aprender isso, qualquer dia ninguém respeita nem o Diário da República. Portanto, não vale a pena vir digamos defender esta posição, porque ela é indefensável. Sobre as questões que trouxe aqui o Professor Lameiras, eu estou de acordo com a maioria delas, mas punha apenas um problema, veja como é que nós estamos em relação a estas defesas intransigentes sempre da mesma posição e fazer também um histórico à pretensão da Loja do Cidadão no Centro Histórico, interessa-me pouco quem começou este movimento. Sei que em determinada altura, se foi um grupo de cidadãos tanto melhor, veio um Membro do Governo, era Secretário de Estado do Governo Português, não era da Bósnia, era do Governo Português, veio dizer aqui que a Loja do Cidadão ficava bem no Centro Histórico e pronto, e mais, toda a gente ficou a pensar que era uma boa ideia, foi um Membro do Governo, Secretário de Estado do Comércio. A Câmara na altura escreveu logo ao titular a dizer, olhe, o seu colega veio dizer que a Loja do Cidadão fica bem no Centro Histórico, nós estamos de acordo, mas para depois não nos acusarem e não virem com a história que não havia lugar, a Câmara fez mais, foi ter com os donos de um edifício e perguntou-lhes, os senhores têm algum inconveniente? Até porque sabemos que precisam de dinheiro para



construir o seu quartel, os senhores têm algum inconveniente em adequarem o seu edifício ou deixá-lo adequar à Loja do Cidadão, não senhor, e apresentamos uma proposta concreta, portanto, neste momento o que é que acontece há a pretensão da Loja do Cidadão no Centro Histórico e há um edifício disponível para a Loja do Cidadão, o que é que vem dizer alguém com muita responsabilidade, temos que ouvir o Governo e por isso eu interrogo-me se aquele Senhor Secretário de Estado que cá esteve não era do Governo, nós já não precisávamos de ouvir ninguém, se alguém quisesse construir Viseu e ajudar a construir Viseu, em vez de pôr travões não precisava disso, chegava ao Governo e dizia-lhe assim: Olhe, o Senhor Secretário de Estado veio cá e disse que a Loja do Cidadão estava lá bem, mas não, a primeira coisa que se fez foi travar às quatro rodas para agora começar uma discussão, vamos esperar que o Governo se pronuncie, por amor de Deus, isto é querer atrapalhar o desenvolvimento, é exactamente remar contra a maré, é estar sempre do mesmo lado, é estar sempre a defender a Administração Central contra o Poder Local numa situação que está por demais definida. Depois não percebi uma outra coisa, que também aqui foi trazida pela Senhora Deputada, discursos circulares nós fizemos muitos, há quem tenha discursos mais redondos, nós fizemos muitos circulares, se é por causa disso tudo bem, podia dizer também que temos discursos radiais, também fizemos muitos, agora não sei de quem é este discurso circular a quem é que estava a..., discurso circular é quem não quer fazer, é quem quer baralhar para não fazer, em quem está sempre do mesmo lado, calma lá, não vá para aí surgir alguma coisa, as pessoas podem não gostar e portanto, usar termos complicados ou posições que na Administração Central soem a falso, a complicado, os Senhores travam às quatro rodas e dizer nada é contra a Administração Central, é que são todas, podia ser só esta, mas não, já vimos a da Loja do Cidadão, a estrada duzentos e vinte e nove, o que é que se passa com isto? São sempre propostas para adiar o problema, acenando com uma cenoura mas é sempre a adiar o problema. Sobre a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Pedro, ainda bem que trouxe aqui uma série de assuntos nomeadamente o que se passou com a ponte Azevedo Sobral. Este é um bom exemplo, algumas coisas na Assembleia, felizmente a Assembleia de hoje decorre muito calma, mas a maior parte das coisas na Assembleia são por acusações gratuitas, que podem vir por membros da Assembleia, de elementos com responsabilidades que às vezes se sentam noutros lados, esta ponte é um bom exemplo que a Câmara é responsável por uma ponte que o Governo construiu, que deixou deteriorada e quando tratou de resolver o problema, é com a Câmara. A Câmara é que é responsável pelos pilares da ponte Azeredo Sobral, mas como a mentira tem perna curta, lá vem o Instituto da água dizer que é responsável pela obra, mal baixem os níveis vai proceder à sua reparação, o que significa que houve bom senso do INAG reconhecer que a ponte é da sua titularidade, portanto, se ela está a causar problemas é o INAG que tem que resolver o problema, mas isto insere-se numa situação mais vasta, os Senhores ouviram neste fim de semana, há pouco noutra condição tive que dar resposta àquilo que se passa com os três mil quilómetros de estrada, que ninguém quer, é a mesma situação. Ora vejamos, é um bom exemplo as três mil estradas que ninguém quer são da titularidade do Governo. O Governo quando fez o contrato de concessão com as Estradas de Portugal, deixou essas estradas de fora, agora como as pessoas muito justamente vieram pôr problemas de segurança, deixa-se no ar a questão, mas as Autarquias também não as querem, eu não quero porque não são das Autarquias. As Autarquias têm a responsabilidade das estradas municipais, aquelas estradas não foram metidas no contrato de concessão por alguma razão. Os especialistas com facilidade averiguaram. O contrato de concessão só era viável sem aquelas estradas, portanto, retiraram-se, ficaram três mil estradas que ninguém sabe de quem são, mas deixe-me dizer a este propósito, na qualidade há dois anos que levei o problema ao Senhor Doutor Almerino Marques. A primeira reunião que tivemos foi para lhe colocar este problema e portanto, também da parte do Senhor Presidente das Estradas



de Portugal ouvimos dizer, lamento muito mas isto não é connosco, não está no contrato de concessão. Depois coloquei o problema ao membro do Governo respectivo, isto só para dizer meus amigos, que quase estamos nesta situação quando as pessoas têm alguma tutela sobre áreas que lhes dão problemas, calam-se e dizem isto é com outros, qualquer dia também temos as auto-estradas, era só o que faltava se elas começassem a dar problemas... essas não, são rentáveis o Governo essas não as passa, assobiava para o lado e dizia que as Autarquias que as tratassem também. Sobre a falta de cuidados continuados eu não vou perder tempo com isso, já me referi sobre a matéria, é evidente que é um problema a resolver rapidamente e que os promotores que se dirigiram à Câmara, nomeadamente para esta lhes disponibilizar os terrenos, nos casos em que isso foi possível, foram de imediato franquizados, o caso de uma instituição na Freguesia do Campo, na de Rio de Loba que também veio à Câmara pedir terrenos e que os tem, e também dizer com esta disponibilidade e com uma Freguesia que já tem terrenos, já tem projecto e que foi chumbado, não percebemos porque é que não há Unidades de Cuidados Continuados ainda em Viseu. Eu espero até que haja mais que uma, nós estamos a falar numa Unidade de Cuidados Continuados, mas eu fiz bem as contas, em matemática normalmente tinha nota razoável, nós devemos ter três no mínimo, quem aprova uma Unidade de Cuidados Continuados para Vila Nova de Paiva, há-de ter pelo menos três ou quatro para Viseu, julgo eu, se for contado por o número de idosos. Portanto, nós havemos de ter que encontrar mais que um promotor. Felizmente para nós, como eu disse há bocadinho, temos que ter pelo menos cinco envolvidos nesta problemática. Sobre a questão trazida aqui pelo Senhor Presidente da Junta de São Salvador eu gostaria de dizer que foi uma boa jornada, não só pela constatação que temos no nosso seio com algumas críticas inicialmente. Algumas empresas que têm, digamos algumas preocupações de carácter social e cultural e falo no grupo que está instalado entre nós da MDS que teve estas preocupações de arranjar aquilo que se chama uma Biblioteca Mágica. Vou vendo muita gente, é de facto um mimo, aquilo que vimos na Escola de São Salvador e já agora queria dizer-vos que a Câmara associou-se e de que forma, a esta iniciativa e que a vai continuar não com este nome, possivelmente até com outros. Nomeadamente no dia do Hospital faremos conta de abrir na Pediatria numa grande colaboração com a Pediatria do Hospital e até com a Administração mais uma Biblioteca Infantil com expensas totais da Câmara Municipal. Sobre aquela questão que me colocou aqui o Senhor Deputado Joaquim Pedro, nós temos bastantes preocupações em termos de eficiência energética e temos algumas, não só preocupações teóricas, nós temos muitas estáticas. Nós assinamos um protocolo com a EDP sobre eficiência energética, nomeadamente para o edifício municipal, a sede e para todos os edifícios municipais, o uso das lâmpadas economizadores e a revisão do sistema de climatização das escolas. A abertura do CEMI não é indiferente a isso, a própria construção do protocolo com a Martifer, que foi público, de aproveitamento hidroeléctrico das nossas bacias e um outro assunto que também continua a não ter resposta como muitos outros, que é o nosso centro de biomassa com um grande envolvimento da Câmara, foi aprovado veio em Edital, concurso lançado em Março de dois mil e seis. Os Senhores sabem se já foi alguma aprovação sobre a central de biomassa? A Câmara associou-se aos produtores, fez um trabalho de campo bem profundo e estamos à espera. O Senhor Fonseca está ali a abanar a cabeça a dizer que também está à espera, porque a Freguesia dele é contemplada nesta matéria juntamente com Fragosela. Aguarda a assinatura do Ministério da Economia e portanto, também lembrava o lançamento dos autocarros eléctricos e ainda do funicular que ainda está na parte terminal. Já agora, deixem-me dar uma pequena explicação até porque há muita gente aqui, não só na Assembleia, mas podem contrariar estes comentários. Às vezes independentemente da obra, eu acho que ela é meritória, se não a aceitava, independentemente do funicular e do seu aproveitamento, este há-de ter na nossa



perspectiva duas vantagens, uma é um transporte não poluente, há-de ser um símbolo de Viseu, as pessoas hão-de saber que em Viseu há um funicular. Nós queremos lança-lo com as escolas, aproveitar até a actividade de rede municipal de museus exactamente para deixarem os seus carros no campo de Viriato e levá-los até ao Centro Histórico, é um aliciante que depois há-de transportar as pessoas para o Centro Histórico. Mas há muita gente que faz a comparação e diz, mas porque é que o dinheiro que aqui se gastou não era muito mais necessário... Eu chamo a atenção, porque é uma questão que se coloca com muita frequência, estas coisas não são transferíveis, estes programas que aprovam o funicular no POLIS não era transferível para uma estrada. A questão era posta de outra maneira, se não houvesse funicular nós perdíamos aquele dinheiro, portanto, não era para ali, não era para outra coisa, não é transferível para fazer estradas ou outras coisas, não se pode pôr o problema se o dinheiro ali era mais útil ou noutro lado, porque de facto isso não é transferível. Presumo que por último, eu gostava de me pronunciar sobre a questão trazida aqui pelo Senhor Deputado Renato, nós estamos de acordo é uma problemática muito complicada, mas gostava de dizer à Senhora Deputada que estamos à espera, não sei se foi um desejo se foi uma afirmação o envolvimento da Autarquia, nós o que sabemos disso é através das duas Associações que nos procuraram e nos disseram, portanto nós ainda não temos um envolvimento formal e acho como devíamos, não sei se esta foi alguma declaração, formalizar isto, não foi ainda, portanto, sabemos informalmente que há o que nos regozijamos, é verdade. Sabe que aquilo que for melhor para Viseu, vamos sempre a tempo e eu estarei sempre aberto, é evidente se houver aqui algum desleixo da parte do Município, não há, nós não sabemos espero que estejamos envolvidos nós cá estaremos nomeadamente a dar o nosso contributo à realização deste Colóquio, porque é uma problemática extremamente interessante. Depois o Senhor Doutor Faria colocou aqui duas questões sobre o IMI, queria dizer-vos que sobre o IMI temos respostas, mas elas não foram só procuradas por nós. Os Senhores já viram quantos pedidos de resposta é que há sobre o IMI? Há um na última Assembleia Municipal, que também causou problema com os termos usados, acho que era o repúdio que estava em causa ou era outra coisa, era o repúdio, mas o Senhor Presidente acabou de dizer que não tem resposta, mas depois também vimos uma intervenção a nível da Assembleia da República e também não conhecemos a resposta, sabíamos que havia uma questão, mas eu queria dizer-vos que a Câmara já teve duas respostas, uma exactamente de acordo com aquilo que eu vos disse da última vez a CNAPU a elogiar o trabalho que a Câmara fez e a remeter para o Ministério das Finanças e por último este que nos transcreve o despacho, e o despacho é assim: Em referência ao ofício desta Câmara a pedir o que é que se passava com os coeficientes de localização sobre o mesmo Sua Excelência o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais a dizer no despacho setenta e três traço dois mil e nove, traço não sei quantos, cujo teor se transcreve, está a aguardar aprovação, em análise, catorze tal, tal e o Senhor Secretário de Estado, este é o que temos, esta informação. Para quem andava com tanta pressa, quem andava a culpar a Câmara, até se disse que um dos argumentos, se projectaram aqui umas coisa que as pessoas não leram bem, agora já podem ler, está no site da Câmara, portanto, o seu a seu dono, se quem de facto merece ser culpado, eu sei porque é que é esta dificuldade. Já agora, dizer-vos uma outra coisa, mandei fazer na Câmara o apanhado dos ofícios sem resposta que estão na Administração Central, este teve resposta, foi uma resposta para chutar para canto, a dizer que está em análise mas eu tenho ofícios do Governo, alguns que aguardam há quinhentos e um dias, outra a seguir trezentos e oitenta e dois dias, eu não digo apenas a origem, não vale a pena, outros cento e noventa e nove dias, outros cento e quarenta e quatro dias, outro vinte e três dias, era este da Loja do Cidadão, o Secretário de Estado da Administração Interna aguardava vinte e três dias quando mandamos fazer isto, quando isto me chegou à mão já há mais de vinte dias, portanto, sobre a Loja do Cidadão há quarenta e três dias que pedimos ao Secretário



de Estado da Administração Interna que nos dissesse alguma coisa sobre aquilo que disse o seu colega do comércio, portanto, a resposta do Doutor Mota Faria, não temos, nem nós, nem conhecimento de que outras pessoas eventualmente também interessadas nesta problemática tivessem resposta sobre o desejo de levar a Loja do Cidadão para o Centro Histórico. Por fim, sobre esta problemática do Matadouro, eu acho incrível, hoje não vou destoar deste tom de Assembleia calma, mas para dizer ao Senhor Deputado Correia de Campos com toda a calma que de facto não esperava, quase que inquiriu um Presidente da Junta, um homem carregado de preocupações com a sua Freguesia, que se mete a construir um equipamento arranjando um promotor que é maioritário, um empresário e o Senhor Deputado quase o inquiriu, o Senhor sabe... o Senhor não sei que... O Senhor Deputado devia dizer, Senhor Presidente estou à sua disposição para o ajudar, eu vou junto do Governo dizer o que se está aqui a passar, é um autêntico escândalo e portanto, os Senhores façam favor de aprovar o Matadouro, era aquilo que nós estávamos à espera, mas não, também o Senhor Deputado Correia de Campos não resistiu à tentação e a primeira coisa que fez foi apontar o dedo acusador ao Senhor Presidente da Junta. Oh Senhor Deputado, deixe-me dizer-lhe outra coisa, no tom mais calmo que eu puder, por amor de Deus deixe-se de usar, eu vou ter muito cuidado com as palavras, deixe de usar esta forma de fazer, que é o Senhor por sempre...o Senhor está a atacar, o Senhor já estava a dizer que o Senhor Presidente da Junta estava a atacar o Ministério Público, oh Senhor Deputado por amor de Deus isto é possível? Isto é tudo menos ajudar Viseu". -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do Seu lugar diz o seguinte: “Terminamos o período antes da Ordem do Dia, vamos passar então ao Ponto Um da Ordem de Trabalhos que é a informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Actividade Municipal nos termos da Lei e portanto, dava outra vez a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para a intervenção no período da Actividade Municipal”. -----

- VINTE E SETE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para apresentar a Actividade Municipal: “Obrigado Senhor Presidente, foi só o tempo de beber um gole de água e já agora também necessária, porque a intervenção que preparei para hoje é bastante extensa. Deixem-me dar uma explicação prévia desta intervenção que é bastante extensa porque está aqui de forma clara na minha perspectiva, as linhas mestras da actuação da Câmara neste ano e estão as linhas mestras numa Assembleia Municipal que é a primeira naturalmente do ano, e onde temos passado aqui numa resenha muito exaustiva aquilo que é e que vai ser a Actividade Municipal. A Actividade Municipal, enquanto prática diária, carece de um planeamento prévio e de uma preparação atempada. Este é um trabalho que resulta, não só da averiguação e do levantamento das necessidades efectuados pelos Serviços Municipais, mas também, e especialmente, através da consulta, auscultação e participação das populações locais, enquanto demonstração de um exercício pleno de cidadania. Neste contexto, consideramos que é pertinente apresentar, na primeira Assembleia Municipal do ano, aquelas que serão as principais linhas de actuação do Executivo Municipal em prol do desenvolvimento do Concelho e da melhoria da qualidade de vida dos Viseenses. O cenário actual, marcado por graves problemas sociais, mostra a impotência do Estado para responder e suprir todas as situações de dificuldade. Corolário do principio da subsidiariedade e da proximidade, os Municípios são chamados a desempenhar um papel cada vez mais interventivo e determinante junto da sociedade civil. Porque é preciso agir para auxiliar quem precisa, a Câmara Municipal de Viseu, atenta a esta nova realidade, não pretende ficar indiferente. Entendemos, assim, que a Acção Social, a Habitação social, a Reabilitação do Património privado e a Regeneração Urbana devem continuar a receber um significativo contributo. Estamos, deste modo, empenhados na criação de uma rede de apoio, em parceria com diversas instituições, abrangendo todas as Freguesias e possibilitando o auxílio imediato a todos os casos de carência. Para além de assegurar o



fornecimento de uma refeição, que respeita uma dieta alimentar equilibrada, o Núcleo de Apoio a Pessoas e Famílias encaminha os utentes para as diversas respostas disponíveis. A habitação e as condições de habitabilidade no Concelho são, igualmente, áreas de intervenção central na nossa política social e um dos pontos de partida para uma intervenção mais alargada em termos sociais. Sobretudo quando decorre da aplicação do Viseu Solidário, programa aprovado recentemente na Assembleia Municipal para apoiar objectivamente situações de pobreza das pessoas e das famílias com um rendimento individual inferior a setenta e cinco por cento do salário mínimo nacional. Este programa procura dar soluções integradas nas diversas vertentes sociais compatíveis com a vivência plena da cidadania. Para além do Viseu Solidário, existe também o programa Viseu Acessível, que, em conjunto, procuram ser um complemento decisivo para o desenvolvimento social do Concelho, beneficiando, ainda, de um apoio no âmbito do PROHABIT, da actividade do Viseu Novo e da Habisolvis. Trata-se, em geral, de Programas e Planos de Acção que visam a consecução dos objectivos da Regeneração Urbana, assentando no apoio às Pessoas e às Famílias de condição financeira mais débil; na amenização de impostos, mormente, na isenção total dos valores liquidados em sede de IMT com particular incidência na ACRRU; através da participação municipal na reabilitação de casa própria e / ou arrendada, com evidentes reflexos na melhoria das condições de vida das pessoas; mas também na intervenção de requalificação dos espaços públicos. Convém no entanto salientar que, neste âmbito da Regeneração Urbana, estão a decorrer investimentos, nem sempre “denunciados”, que têm como objectivo apoiar inúmeras obras com fim social e de solidariedade. São exemplo, os apoios centrados no “Espaço Inter-gerações” ou na edificação do Complexo Social de Coração de Jesus. Mais do que apenas a reabilitação de bens tangíveis, a Regeneração Urbana persegue o objecto da Regeneração do tecido social. O casco da Cidade antiga terá uma particular atenção, através da Sociedade de Reabilitação Urbana – Viseu Novo; e da Habisolvis. A nossa grande preocupação no âmbito da acção social é abranger todos os grupos etários, criando condições de intervenção em toda a factualidade típica: apoio à população sénior, protecção de menores, situações de carência, mobilidade de pessoas com necessidades especiais, habitação, inclusão e rede social. Exmo. Senhor Presidente, Senhores Deputados Os últimos tempos têm sido de má memória para a generalidade dos portugueses sendo certo que os dias que aí vêm não auguram melhor futuro. Situações de desemprego súbito, motivadas pelo agravamento da conjuntura económica, põem a nu a debilidade dos vínculos laborais e do tecido empresarial, lançando na incerteza muita gente. Atentos a esta situação, temos vindo a orientar parte do nosso esforço no sentido de amenizar e ultrapassar as dificuldades bem patentes na actividade económica. Em relação ao sector Primário Regional, cumpre-nos esclarecer que a candidatura relativa à construção do Matadouro da Região constituiu um revés que a Entidade Gestora do QREN terá que reanalisar e aprovar, para que seja materializada numa mais-valia para a região. A intervenção PRODER, no âmbito da ADDLAP carece de decisão e a intervenção na valorização da madeira e das matas aguarda luz verde do QREN. No Comércio e Serviços, mantém-se a nossa disponibilidade de uma estreita colaboração com a Associação Comercial de Viseu, quer através da reabilitação do seu edifício – sede, integrado na candidatura, já aprovada, de “Parcerias para a Regeneração Urbana”; quer através da participação nos projectos de Modernização do Comercio, mas também da sua animação (exemplo: UAC). Concretamente, na ACRRU a reabilitação/modernização dos imóveis afectos ao sector Secundário da Economia, auferem dos benefícios fiscais certificados pela SRU – Viseu Novo, do apoio do GARU, assim como de incentivos financeiros para a reabilitação e, ainda, de redução do pagamento do IMT e do IMI, no enquadramento legal vigente. Na Indústria, o arranque do *Tecnopolis de Campo – Lordosa*, já na fase de levantamento, no terreno, do cadastro e projecto de vias estruturais, poderá materializar a



sua primeira fase; enquanto a GESTIN – Viseu receberá um reforço dos seus recursos. A instalação de empresas sustentáveis, não volúveis à tentação da fácil deslocação continuará a ser garantia de estabilidade, que pretendemos enfatizar. De realçar também a importância que damos ao turismo, que está a emergir como uma das principais actividades económicas do concelho. É visível o aumento do número de operadores, estabelecimentos, equipamentos e eventos turísticos que estão estabelecidos ou se realizam em Viseu. É evidente o incremento do investimento, o aumento do número de postos de trabalho, o aumento do número de visitantes e turistas. O concelho dispunha em dois mil e oito cerca de catorze estabelecimentos hoteleiros com setecentos e sete quartos de capacidade para mil trezentas e setenta e duas camas, esta capacidade será aumentada em dois mil e nove já na próxima quinta-feira como é sabido com a abertura da Pousada de Viseu, do Grupo Pestana. Já agora aproveito para dizer que as obras do escadório em frente da Pousada são já uma realidade, estão bem adiantadas e dentro de pouco tempo a Rua Alves Martins há-de dar por um escadório que queremos com grande dignidade acesso à nova Pousada fazendo a Câmara a resolução de um problema que se arrastava há vinte e três anos e que permitia construções em frente daquele espaço. Neste contexto, pretendemos estreitar a cooperação com a Entidade Regional de Turismo do Centro, com a Agência de Promoção Turística do Centro e com a ADDLAP para promover e reforçar a imagem do concelho de Viseu como destino turístico, afirmar Viseu como centro de congressos e eventos, divulgar a gastronomia e vinhos, o artesanato e os produtos endógenos. Eu queria dizer que a este propósito, o último congresso sobre cultura judaica e está aqui o seu principal promotor o Senhor Doutor Henrique de Almeida, foi um bom exemplo nesta área de promoção de congresso uma boa jornada que ocorreu no sábado passado. Ainda nesta área, merecerá especial atenção a promoção turística do concelho, a participação em feiras e exposições, a organização e o apoio de eventos que contribuam para divulgar Viseu além fronteiras como são exemplos a Feira de São Mateus, o Viseu Gourmet, o Dão Vinhos e Gourmet, Animação das Termas de Alcafache e a realização de congressos. A melhoria da sinalética turística ao nível da hotelaria, dos locais, monumentos e edifícios de interesse turístico e da informação a disponibilizar aos munícipes e turistas continuará nas prioridades para dois mil e nove, prevendo-se a abertura de um posto turístico na zona histórica e a requalificação de Casa da Ribeira. A criação de novas rotas e percursos turísticos e a dinamização do Comboio Turístico serão excelentes contributos atrair e dar a conhecer a região. A revitalização da actividade económica passa também pelo pagamento, atempado, aos empresários de obras públicas, aos fornecedores de bens ou aos prestadores de serviços que laboram para as Juntas de Freguesia e para a Câmara Municipal de Viseu, o que constitui um dever moral e ético, que queremos continuar a cumprir, pois esta prática é geradora de estabilidade nas empresas e no emprego. Noutra vertente, a Mobilidade, enquanto geradora de uma maior coesão intra-territorial e demográfica, não pode ser desprezada, pelo que continuará a assumir grande importância. A qualificação dos meios de transporte e das vias necessárias à mobilidade; com conforto, rapidez e segurança; é condição *sine qua non* para a fixação das pessoas nas inúmeras Comunidades Sociais do território municipal. Considerando que a deslocação de pessoas e bens se mede, cada vez mais, em tempo necessário para perfazer uma certa distância, não é de admirar o esforço de investimento previsto para a requalificação de vias radiais e circulares, que agilizam a comunicação inter-freguesias, mas também com o *exterior*. Nesta última, relevamos os investimentos de requalificação das radiais que estabelecem a conexão com estradas nacionais, “abrindo”, ainda mais, o Município ao *exterior*, captando a atenção para Viseu. Os trabalhos na EN duzentos e vinte e nove; na Estrada Nacional dois (Repeses e Vila Chã de Sá), na Estrada Nacional dezasseis (Moselos – Avenida da Europa), na Estrada Nacional duzentos e trinta e um (Estrada de Nelas – nó de Teivas); constituem parte adiantada da ligação viária ao novo IP



três (Viseu – Coimbra). Esperemos que também aqui não haja nenhum atraso. Importa, ainda, realçar a nossa preocupação com a segurança dos peões e dos condutores, traduzida na instalação, pioneira, de *painéis de contagem regressiva* nas passeadeiras das zonas mais movimentadas, o que pretendemos ampliar em face da sua comprovada utilidade e valia. Enquadra-se, também, neste âmbito a preocupação com os cidadãos com dificuldades de mobilidade, que esperamos colmatar com a implementação do “Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades” e com a continuação da redução das barreiras arquitectónicas nos edifícios e espaços públicos. Outro factor determinante para um desenvolvimento económico-social equilibrado, são os investimentos no abastecimento público, particularmente, o abastecimento de água e a colecta e tratamento do saneamento, os quais revelam um esforço final para que sejam perfeitos, eu chamo à atenção para este número, os cerca de cinco por cento ainda em falta na cobertura total destes serviços. Contrariando o estado do País, cujos objectivos neste momento ainda se debatem no sentido da consecução dos valores-padrão da União Europeia, Viseu persegue a consecução da cobertura da totalidade da população residente, no âmbito do enquadramento legal vigente. O mesmo se passa relativamente ao sistema de telegestão, de construção de novos reservatórios de água no sector de Abraveses e Campo e no Viso. Eu já agora queria lembrar possivelmente, também fazer um convite há muita gente que não sabe que Viseu tem um sistema de telegestão, permite detectar qualquer avaria sem sair da sala onde o sistema está instalado e também fazer a reparação e detectar as fugas de água sem sair da sala. É um equipamento que vale a pena visitar e onde é permitido accionar as bombas, ligá-las e desligá-las sem sair da ETAR do Viso, é um equipamento pioneiro, vale a pena que os nossos concidadãos sabem o que temos no nosso território. Aguardam, ainda, os SMAS que as candidaturas PEAASAR, destinadas a investimentos no sistema vertical, possam beneficiar as comunidades que constituem a parte sobrança (cinco por cento) e que ainda não têm completa a rede de abastecimento. O bom rácio trabalhador/consumidor; a procura de receitas provenientes de fundos comunitários, a eficiência dos serviços e as transferências da Câmara Municipal para os SMAS, têm permitido reduzir o valor de tarifas o que, em tempos de debilidade económica, faz todo o sentido. A redução da tarifa de ligação do saneamento; o valor reduzido na recente tarifa de disponibilidade; a redução do valor da “factura da água”; representam a prática de uma administração consciente das dificuldades que o País e a Região atravessam; mas tal só é possível com uma gestão criteriosa e de rigor. Eu lanço aqui o desafio, foi aqui divulgadíssima que nós íamos aumentar o preço da factura da água, é pena que não venham hoje as mesmas pessoas reconhecer que afinal a factura da água no concelho de Viseu baixou. Ao contrário do que sucede com todos os outros operadores, os SMAS e a CMV praticam reduções nas “facturas” a pagar por Famílias e Instituições que, comprovadamente, merecem esta atenção. Para a concretização destes e de outros investimentos, o Município de Viseu aguarda com alguma expectativa e com grande apreensão a entrada em vigor, em pleno, do QREN. São passados dois anos sem que qualquer candidatura, mesmo a aprovada no âmbito das “Parcerias para a Regeneração Urbana”, tenha uma única execução financeira. Muitos investimentos, em condições de arrancar, aguardam a alavancagem dos fundos QREN. Significa que o QREN foi definido para seis anos neste momento já podemos dizer que é de quatro esperamos que este atraso não continue por qualquer dia é metade daquilo que foi definido previamente. Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Deputados Consideramos, igualmente, que a Educação deve receber um considerável “input” nos investimentos, mas também no apoio à melhoria das condições de acesso à Escola pelas crianças e jovens que, legitimamente, têm direito à igualdade de oportunidades. O reforço das dotações destinadas a alimentação, aos transportes escolares e às actividades extracurriculares, junta-se ao elevado número de investimentos de carácter material com especial relevo para a



construção, de raiz, de novos Centros Escolares; aguardando-se a posição inequívoca da Tutela para o arranque da *Escola de Ranhados*, edificação para a qual a Câmara já disponibilizou as áreas de terreno indispensáveis. Queremos, também, apostar nos materiais pedagógicos mais evoluídos tecnologicamente, na óptica da modernização dos auxiliares ao processo ensino/aprendizagem. Nas actividades do Metabolismo Cultural (cultura, desporto, tempos livres, juventude, população sénior) os investimentos são bem diversificados. No desporto, recreio e lazer e a par da manutenção dos projectos de base do Plano Desportivo Municipal, como são os *Jogos Desportivos de Viseu, Manhãs Desportivas, Conhecer Viseu em Bicicleta, Olimpíadas da Amizade, Actividade Sénior, Feira do Desporto e Observatório do Desporto, Dinamização da Rede Municipal de Percursos Pedestres, Programação Desportiva da Feira de S. Mateus*, entre outros de carácter mais pontual, pretendemos continuar a alargar a oferta desportiva municipal a vários públicos, como por exemplo a população estudantil do ensino secundário e portadores de deficiência. A aposta na realização de grandes eventos que contribuam para fomentar a prática desportiva e promoção da cidade de Viseu será uma realidade, com a presença de equipas e selecções de algumas modalidades e a realização de algumas provas como por exemplo: a final da Volta a Portugal em Bicicleta, o Rali de Automóveis Antigos, o *downhill* Urbano de Viseu, como é sabido foi um autêntico sucesso, entre outras. Ao nível da oferta de instalações desportivas tencionamos concluir a requalificação do Parque Desportivo do Fontelo, faltam-nos apenas dois sítios para intervirmos, com tudo já preparado para o fazer é como sabem o velho Polidesportivo, pavilhão Desportivo melhor dito e também o Polidesportivo de desporto adaptado e o Radical que são as últimas três infra-estruturas que nos faltam no Parque desportivo do Fontelo mas que vão arrancar proximamente. Dizia eu que no Pavilhão Desportivo o Campo de Desportos de Praia o Skate Park. Nas Freguesias pretendemos alargar as Redes de Percursos Pedestres, Polidesportivos e Parques Infantis, proporcionado cada vez mais e melhores condições de prática desportiva associada ao lazer e bem-estar. Também neste âmbito, almejamos iniciar em dois mil e nove a criação de Parques de Lazer e Manutenção da Condição Física vocacionados para a população sénior. O apoio ao movimento associativo continua a ser uma das prioridades deste Executivo, quer seja através do Programa de Apoio ao Desporto Federado ou através do Programa de Apoio para à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas. De salientar, ainda, que temos já projectada e em fase de concurso a conclusão da Ecopista do Dão, completando os quarenta e nove Quilómetros e meio que ligarão os concelhos de Viseu, Tondela e Santa Comba Dão e que a Câmara vai ser a entidade responsável. Foi também adjudicada a elaboração do projecto da ecopista do Vouga e a construção do campo de relva sintética do Clube Os Repesenses. Em relação à Juventude, vamos continuar com a dinamização do Cartão Municipal da Juventude; do Conselho Municipal da Juventude; ou das Comemoração do Dia Internacional da Juventude. Consideramos que também é importante a criação de um novo espaço e de novas valências para o Centro Municipal Jovem, bem como a aposta nas novas tecnologias através do Espaço Internet e das Salas de Estudo. Relativamente às Salas de Estudo, projecto deveras inovador, é particularmente assinalável a sua procura e a significativa adesão de utentes, o que determina a necessidade de aumentar o seu número, em localizações estrategicamente acessíveis, como o são as que se prevêem abrir na Avenida Alberto Sampaio ao cimo das escadinhas e na Biblioteca Dom Miguel da Silva. No que respeita à cultura, às actividades de animação, ao património, queremos realçar os investimentos a realizar na Rede Museológica de Viseu, com distinção para a Quinta da Cruz, para referenciais da Zona Histórica (exemplo: Sinagoga), Casa de Lavoura de Várzea, Casa Museu Almeida Moreira, Casa do Miradouro, entre outros. Importa, também, destacar a instalação da Companhia Paulo Ribeiro, como sabem estamos a adaptar uma casa, a segunda casa amarela onde se instalará rapidamente essa companhia



e vamos portanto, instalar o Cine Clube na zona histórica numa casa para o efeito; a colaboração com Entidades Públicas várias que induzirão a revitalização da ACRRU (Santa Casa da Misericórdia, Departamento dos bens culturais da Igreja, Orfeão de Viseu, Associação de Aposentados, Centros Paroquiais e Colectividades), a dinamização cultural de todas as comunidades Sociais em todas as freguesias do Concelho. Iremos prosseguir com os esforços de captação e fidelização de públicos para as artes e a cultura desenvolvidos pela Casa Museu Almeida Moreira, pela Casa da Ribeira e pela Biblioteca Municipal, Dom Miguel da Silva. Neste sentido, é de todo o interesse fomentar, estimular um estreito trabalho de articulação entre estes equipamentos culturais e o tecido escolar e social do concelho. A consolidação e desenvolvimento da museologia e o projecto de um equipamento cultural relevante como é o Centro de Artes e Teatro Municipal de Viseu são vantagens competitivas culturais e argumentos estratégicos que desejamos reafirmar. O lançamento do Centro de Artes e do Espectáculo é, assim, um grande desafio que visa projectar a imagem de Viseu. Já agora deixem-me fazer aqui um intercalar para acalmar e também para informar algumas associações que legitimamente têm mostrado as suas disponibilidades para colaborar neste sentido de artes e espectáculo, é um projecto que está a decorrer a um bom ritmo com escolha do arquitecto, com o espaço determinado, com o financiamento assegurado, portanto a informação que dei, o pedido que fiz ao arquitecto, dos melhores arquitectos europeus, não tenho dúvida sobre esta matéria, foi que mal tivesse o primeiro trabalho de base mesmo antes do projecto estar concluído que fizesse uma reunião com todos os promotores culturais da cidade e do concelho naturalmente. Quando tivesse o projecto, reunir com os promotores culturais do concelho, portanto, este é uma prática que seguiremos, daremos e faremos sempre como o fizemos no passado, o confronto do arquitecto com todos os promotores, depois não resultem daí qualquer tentativa de responsabilizar a Câmara, como o fizemos com o Mercado Dois de Maio, também reunimos mais que uma vez, muitas vezes, o arquitecto responsável também é um dos arquitectos portugueses se calhar até o mais conhecido, o arquitecto Siza Vieira com os responsáveis, portanto, é isto que faremos sem nenhuma pressão, foi isso que dissemos ao arquitecto e portanto, proximamente com toda a certeza quando o arquitecto achar que já tem matéria acessível de discussão fará esta discussão com todos os promotores culturais do concelho. Mas queria dizer-vos que vamos com toda a certeza fazer um dos maiores, seguramente o maior investimento que já se fez em Viseu, também aquele cuja localização mais nos agrada e também se calhar aquele que tem mais infra-estruturas nomeadamente, há-de ter como estrutura complementar, um parque de estacionamento para que não colida com a actividade que ali se vai desenvolver. Mantém-se a disponibilidade para colaboração com o Ministério da Cultura e da Ciência no desenvolvimento de projectos destas Entidades, mormente, mantemos a disponibilidade na construção do Arquivo Distrital de Viseu, às vezes as coisas são argumentadas porque altera terrenos. O Arquivo Distrital toda a gente sabe que há anos está para ir para a Quinta da Cruz e portanto, não sabemos quem altera, é alguém que altera estas prioridades, eu gostava de saber, talvez alguém tenha informações o que é que é feito do nosso Arquivo Distrital, o que mais a Câmara precisa de fazer para além de disponibilizar o terreno, o que precisa de fazer para que este equipamento da responsabilidade da Administração Central seja uma realidade. Eu noto que uma coisa que com certeza já trouxemos aqui, mas que vale a pena reafirmar, é que quem suporta as instalações do actual Arquivo Distrital é a Câmara de Viseu e não vejo ninguém preocupado com isso, se o Arquivo Distrital onde está instalado em instalações da Câmara exactamente na condição de que rapidamente iria mudar de instalações, ou se iriam começar as instalações, era bom mandar-lhes a factura, não sei se não valia a pena fazer um apanhado das rendas, porque se fosse ao contrário ninguém nos perdoaria. A Câmara paga mensalmente a renda da Loja do Cidadão e é uma renda muito substantiva para o espaço



que lá temos, porque é que o contrário não se verifica. Ainda que tinha alguma legitimidade para isto não acontecer se eventualmente tivesse pressa na instalação deste nosso Arquivo Distrital, aliás quero aqui fazer um agradecimento ao Senhor Presidente da Assembleia que na sua qualidade de Deputado já colocou esta questão uma série de vezes com uma pergunta na Ordem do Dia. A colaboração com a Fundação de Serralves e com o Ministério da Cultura garante a dinâmica da Quinta da Cruz e a Programação do “Viriato – Teatro Municipal”. A nossa acção passa, igualmente, pela preservação, protecção, salvaguarda e valorização do ambiente e da qualidade vida, consubstanciada, entre outros, na: Manutenção da mancha verde do Fontelo, dos jardins e espaços verdes, dos parques Linear e de Santiago, ou da Cava do Viriato, porque não basta executar, mas sim executar e manter. Empreitada de “Reinterpretação do Parque Aquilino Ribeiro”, na conclusão do “Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental”, nas empreitadas, de “Valorização da Quinta da Cruz” e do “Monte de Santa Luzia”, nas intervenções de requalificação de Bairros residenciais, na conclusão da delimitação física do Parque Urbano da Aguieira, que constituem acções de Valorização Ambiental de excelência. Ficam ainda por lançar as fases seguintes da construção da barragem de Ribeira da Fraga (condição última para a requalificação da bacia hidrográfica do Pavia); a empreitada do Parque Urbano da Aguieira, ”cortado” na intervenção Polis; da segunda fase da Valorização da Cava de Viriato; que prevemos venham a ser enquadrados no QREN. A segunda fase da instalação de contentores enterrados, para “indiferenciados” e para recolha selectiva, será igualmente materializada, representando um grande passo na melhoria da qualidade de vida e na contribuição de todos os cidadãos na redução de desperdícios. Por outro lado, a articulação entre os serviços prestados pelo funicular e os autocarros eléctricos poderá ser um bom meio da dissuasão no uso intensivo do automóvel particular dentro da cidade. A intermodalidade dos bilhetes, quer dos STUV, quer destes meios locomotores “amigos do Ambiente” é incentivadora do seu uso na ligação da baixa Cidade ao Casco Histórico...Uma nota final para o prosseguimento do esforço de modernização dos Serviços municipais. Nele releva o pólo técnico como projecto base, uma vez que permite atingir um grau de redundância compatível com a importância da rede informática no sistema de informação municipal. Para a melhoria deste, muito contribuirá certamente a implementação da plataforma electrónica de compras e a desmaterialização dos processo das obras particulares, dois projectos que, entre outros menos visíveis mas igualmente importantes, vão dar um contributo decisivo para a melhoria da tramitação processual, tornando-a mais próxima e acessível aos cidadãos Para concluir e peço desculpa por esta intervenção demorada para além de dar a ideia do que vamos fazer durante esta ano, vai fazer uma outra coisa vai permitir sobre a Actividade Municipal que está toda, possam agora os Senhores Deputados colocar todas as questões de toda a Actividade Municipal e abriremos aqui a passibilidade de colocarem todas as questões sobre a Actividade Municipal. Só diria uma coisa para terminar que ainda não coloquei nesta intervenção que tem a ver com o grande agrado de ver a Câmara Municipal de Viseu entre mil e tal empresas, como sabem, a única Câmara do País que veio como um bom lugar para trabalhar, vigésimo sexto lugar, para nós o que nos agrada fundamentalmente porque temos a ideia da forma como se trabalha numa organização, o clima que é propiciado a quem lá trabalha tem reflexos fundamentais na produção. É evidente que este no caso particular tirou alguns argumentos a quem quer insinuar que temos maus relacionamentos e mau feitio, cá está a resposta da “Revista Exame” a dizer que os nossos funcionários reconhecem e de que forma o bom ambiente que tem de trabalho. Era tudo Senhor Presidente”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente pela intervenção exaustiva que nos trouxe, para já tenho uma intervenção e o pedido de uso da palavra do Senhor Deputado João Paulo



Rebelo a quem dou a palavra”. -----
- **VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “ Nesta primeira Assembleia Municipal de dois mil e nove, diz o Senhor Presidente da Câmara neste ponto da Actividade Municipal como agora acabou de dizer, propõe-nos uma abordagem às principais linhas do executivo deste ano, mas no fundo fala também de uma forma vasta de toda a Actividade Municipal e fá-lo. Que é um ano que é unânime reconhecer e de grande dificuldade conjuntural, obviamente quer no plano nacional, quer no plano internacional e por isto temos desde logo à partida louvar a tentativa neste cenário, se propor uma abordagem transversal praticamente todos estes entre aspas sectores de actividade da Câmara Municipal, porque tem o intuito de nos elucidar para um Plano de Actividades que contribua para o aumento da qualidade de vida dos viseenses como é referido na sua intervenção e este ano simultaneamente digamos, ajudar no combate à crise e portanto, apoiar quem mais necessita. Se nos pressupostos que a comunicação do Senhor Presidente da Câmara, não nos levantam estes pressupostos muitas reservas ao longo da sua intervenção, acabamos por perceber que afinal o discurso é a maior parte das vezes laudatório e acaba por iludir também na maior parte das vezes os viseenses, quer sobre o que está a ser feito, quer sobre o que se tenciona fazer e sobretudo, porque tal é o cansaço com que já ouvimos algumas das propostas que são repetidas ano após ano, sem uma efectiva concretização material. É por isto Senhor Presidente da Câmara, que a nossa apreciação à sua intervenção é genericamente critica, não tanto por discordância em relação ao que propõe em muitos dos casos, mas pela maioria das vezes o que propõe é precisamente uma espécie de disco que nós já ouvimos muitas vezes, com musicas que já lhes sabemos a letra de cor, mas que efectivamente nunca mais nos põe a dançar. Se não vejamos e vamos ter oportunidade, espero, de elencar as nossas principais críticas a esta sua intervenção. Quando em matéria da actividade económica começa pelo sector primário e refere o caso do Matadouro, acho que já ficou claro aqui há pouco com a intervenção da bancada do PS, com a discussão deste tema, como é sabido estamos de acordo, evidentemente com a sua construção, não nos surpreendemos como parece que se surpreende a Câmara Municipal com o revés da candidatura e aqui em resposta também há pouco, a algumas insinuações que o Senhor Presidente da Câmara fez relativamente à informação aqui, portanto, há um comunicado que é tornado público pela Direcção Regional da Agricultura ao qual não vi na Comunicação Social nenhuma resposta. É dito claramente que o trabalho de casa, digamos, não foi feito devidamente, que há falhas da parte do promotor e devem vir a ser colmatadas e que para já sublinho, para já, inviabilizaram a aprovação da candidatura. Senhor Presidente da Câmara, estamos julgo eu, nesta Assembleia todos sempre disponíveis para ajudar, evidentemente e acho que até é uma expressão que já o ouvi dizer nesta Assembleia, as pessoas quando querem ser ajudadas também têm que se permitir ser ajudadas e evidentemente que têm que cumprir a parte que lhes cabe na distribuição de tarefas, ou seja, cumprir as suas obrigações. Depois em matéria de comércio e serviços, queremos dizer-lhe claramente Senhor Presidente da Câmara que não será com tímidos apoios de fachada que a Câmara Municipal vai dar um incentivo ao nosso comércio tradicional. O problema é como todos nós sabemos muito grave, é muito grave e entende o Partido Socialista nesta Assembleia, que a Câmara Municipal tem responsabilidades directas neste problema. Tem responsabilidades directas, já lhe conhecemos o argumentário mas eu também não deixo de referir aqui, que entendemos que o devaneio de licenciamento e permissão de construção de tanta nova superfície comercial, sem que houvesse sequer uma fase de transição, que desse oportunidade a quem já operava no fundo neste sector na cidade, se adaptar às novas realidades portanto, põe a Câmara Municipal digamos sobre o foco das tais responsabilidades que nós entendemos que a Câmara tem. Sabemos, ou quase que



antecipo o que já irá dizer seguidamente relativamente à licença de licenciamento, também já tive oportunidade de dizer e repetirei sempre nesta tribuna, que mais não seja, a Câmara Municipal tem uma ferramenta que se chama PDM, que determina exactamente o que é que se constrói e onde se constrói e portanto, mais não fosse por aí, a Câmara Municipal tem que assumir as suas responsabilidades e portanto, Senhor Presidente da Câmara entendemos que o envolvimento tem que ser por isso muito maior do que as tais obras de fachada, ou alguns programas de apoio digamos que possa ser dado ao comércio tradicional. É urgente revitalizar o nosso Centro Histórico e aí a Câmara Municipal parece-nos humildemente como há pouco dizia, que é uma obrigação da Autarquia. Já hoje ouvimos aqui, algumas vezes, falar sobre a Loja do Cidadão, não está em discussão, propriamente, não refere na sua intervenção não o faz... não dei conta de ter falado na Loja do Cidadão, de qualquer das maneiras e aproveitando também para esclarecer, o Senhor Presidente da Câmara deu várias vezes... eu acho que a nossa obrigação também o dizer várias vezes, está o PS permanentemente em defesa do Governo e da Administração Central nesta Assembleia. Eu já várias vezes disse, não está o PS na defesa, é na outra estratégia que é uma estratégia da Câmara Municipal deliberada do Senhor Presidente da Câmara, que é tudo o que é bom na cidade de Viseu e no concelho de Viseu se deve única e exclusivamente à responsabilidade e aos feitos da Câmara Municipal, tudo o que é mau é porque alguém da Administração Central nomeadamente no Governo não está a colaborar, está a levantar problemas está a bloquear. Portanto, essa lógica é uma lógica que nós contrariamos e até inclusivamente nos sentimos bem neste papel, aqui nesta Assembleia, de funcionar se quiser num justo equilíbrio entre o que são os desejos e anseios dos viseenses, que nós também os sentimos e que naturalmente defendemos, mas também digamos, as limitações quer da Câmara Municipal e várias vezes aqui reconhecemos que esta quando está bem “o seu a seu dono”, como se costuma dizer, mas também reconhecer algumas limitações do Governo, seja deste, seja de outro qualquer e digamos da sua Administração Central do País. Portanto, esta matéria da Loja do Cidadão não venha servir Senhor Presidente da Câmara para eventualmente desculpabilizar, ou evitar maior intervenção da Câmara Municipal no problema do Centro Histórico e no problema do comércio tradicional. Não esteja o Senhor Presidente da Câmara convencido que o Partido Socialista vai aceitar, que dando a ideia do edifício, é sabido, não é da Câmara Municipal mas enfim, é uma boa ideia e que nós não pomos em questão, mas não é dando a ideia, instale-se a Loja do Cidadão no Centro Histórico, isto vai ser a panaceia para todos os males do Centro Histórico, nomeadamente para o comércio tradicional e portanto, não fique à espera que o PS se cale, se eventualmente a postura da Câmara Municipal for não instalo a Loja do Cidadão no Centro Histórico, o que é que há a fazer? Não instalam a Loja do Cidadão no Centro Histórico, portanto, a culpa não é da Câmara Municipal, é digamos mais uma vez da Administração Central. A Loja do Cidadão é um ponto importante, mas há outras coisas a fazer e outras que decorrem de obrigações da nossa medida de ver, da Câmara Municipal. Salta o Senhor Presidente da Câmara do comércio para falar na indústria, faz referência, eu enfim, eventualmente desatento, mas foi a primeira vez que li e ouvi o termo Tecnopolis, Campo-Lordosa. Assumo que já possa existir essa designação a algum tempo, tive conhecimento apenas quando li a sua intervenção, o Tecnopolis para mim é novo, mas o Parque Industrial de Lordosa, eu por acaso muito rapidamente vou contar nesta Assembleia, que num trabalho que fiz na faculdade para uma cadeira do Presidente da Caixa Geral de Depósitos, Engenheiro Faria de Oliveira sobre competitividade, escolhi veja lá, tal é o amor à minha terra também, fazer um trabalho sobre Viseu cidade competitiva. Na altura, lembro-me de estar a discutir o trabalho com o professor e ter falado do Parque Industrial de Lordosa, que era uma realidade que ia acontecer. Já não sei precisar exactamente o ano, mas garanto que tem este meu trabalho mais de dez anos. Sabe o



Senhor Presidente da Câmara e muito bem, há quantos anos já falamos do Parque Industrial de Lordosa, que agora falamos do Tecnopolis, estamos portanto, muito bem, estamos à espera do Tecnopolis só esperamos não esperar tanto tempo como esperamos pelo Parque Industrial de Lordosa e a este respeito, dizer-lhe textualmente que achei curiosa uma expressão que encontro na sua intervenção. A instalação de empresas sustentáveis não volúveis à tentação da fase de deslocação, continuará a ser garantia de estabilidade que pretendemos enfatizar. É de facto muito curiosa, quer dizer, se o raciocínio é a justificação para não termos indústria, é para que essa mesma indústria não se venha a deslocalizar, portanto, parece que não temos de todo indústria e isto é no mínimo um raciocínio bizarro. Na eventualidade da indústria não se deslocalizar, vamos garantir apenas indústrias não volúveis à tentação da fácil deslocação. Parece-me que sobre esta matéria também ficamos elucidados sobre qual é a postura da Câmara Municipal. Turismo, pinta-nos um quadro simpático no que diz respeito a este sector, digamos, muito em boa parte devido à iniciativa privada e com a ajuda da Câmara Municipal nalguns pontos e muito bem, o Senhor Presidente da Câmara num ponto que me parece a mim tão básico, tão primário, como um posto de turismo no Centro Histórico, só agora é referido na sua intervenção e parece-me que é claramente uma matéria de fácil resolução e que a Câmara Municipal quase ao longo dos vinte anos que gere a Câmara, já poderia ter avançado para isto. Depois em abastecimento de água e tratamento de saneamento, não vou tomar muito do tempo desta Assembleia, iria só sugerir ao Senhor Presidente da Câmara, sem qualquer tipo de ironia ou de cinismo que nos trouxesse numa próxima Assembleia Municipal, um estudo estatístico como inclusivamente já o fez mais do que uma vez nesta Assembleia Municipal, sobre o estado da arte efectivamente do abastecimento de água, do tratamento dos saneamentos, com referência ao número de etares em funcionamento, como é que funcionam, exactamente que áreas é que estão cobertas com o abastecimento, com o tratamento, porque efectivamente Senhor Presidente, deixe-me dizer-lhe com toda a frontalidade que das visitas que fazemos no terreno, do que andamos nas Freguesias, efectivamente não conseguimos compreender como é que permanentemente a Câmara Municipal fala dos noventa e cinco por cento de saneamento e de abastecimento de água. É enfim, um movimento, um desafio que lançava poder ser isto discutido numa próxima Assembleia Municipal. Vou concluir muito rapidamente só com dois temas, a alimentação, transportes escolares, actividades extra-curriculares, sabemos que da Administração Central tem sido feito um esforço e tem sido dada uma boa resposta da Câmara Municipal de Viseu, cá está uma matéria em que está a funcionar bem e nós estamos aqui para lhe dizer, uma parceria que funciona bem. Quanto à Escola de Ranhados, já não vou perder muito tempo a falar sobre o tema, penso que é clara a posição do PS, eu compreendo e respeito a posição do Senhor Presidente da Câmara que diz, eu tenho um protocolo assinado, o protocolo refere determinados pressupostos e obriga as partes em determinadas matérias e portanto, é isto que eu quero que seja cumprido, é legítimo. Agora, também julgo eu que é legítimo esperar que o Presidente da Câmara compreenda que o Partido Socialista ao longo dos anos e com a evolução deste quadro, encontre hoje nesta solução, uma solução também de vantagem para a Câmara Municipal. É curioso e eu não posso deixar de dizer, isto toca-me particularmente no que diz respeito à minha actividade, às funções que exerço profissionalmente, é que o Senhor Presidente da Câmara se diz que um protocolo não está a ser cumprido, quando em matéria de juventude prefere o Cartão Jovem Municipal, como Presidente da Associação dos Municípios assinou um protocolo com o Visjovem que é a entidade que gere o Cartão Jovem no País. Um protocolo que conhece seguramente, accionou curiosamente como Presidente da Câmara Municipal de Viseu não tem o acordo em funcionamento, ao contrário já de sessenta e quatro Câmaras Municipais no País que o faz. Concluo em trinta segundos. Na Cultura todo o apoio à Casa de Arte e Espectáculos, à



instalação da Companhia Paulo Ribeiro, fizemos no passado e continuamos a fazer como é evidente, Cineclubes uma Instituição que merece grande respeito da nossa cidade pela sua história, pelo que está a fazer actualmente, esperamos de facto digna para o Cineclubes. Para concluir, somos bons nas operações de cosmética, estamos de acordo nos semáforos, nos funiculares no que diz respeito aos motores de desenvolvimento para a criação de riqueza com sequente melhoria de qualidade de vida, na economia, no sector da indústria, do comércio, somos francamente insuficientes e medíocres, não atraímos investimento, não desenvolvemos políticas que efectivamente possam contrariar os tais ventos da crise”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Estou a avisá-lo Senhor Deputado que excedeu a sua intervenção em mais quatro minutos, dos dez minutos que tinha, portanto, eu sou intransigente. Dou a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto”. -----

- VINTE E NOVE – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu para compensar os quatro minutos não irei alongar-me muito na minha intervenção. O Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção que traz a esta Assembleia e subordinada ao tema do desenvolvimento planeado, começa e muito bem por situar essa informação num contexto de grave crise económica social e financeira que o País vive com reflexos óbvios também no nosso Concelho. Lendo a introdução à sua informação, ficamos com a ideia de que as questões económicas sociais fundamentalmente iriam ter centralidade ao longo da sua informação e das perspectivas de actuação deste ano no concelho. No entanto, a nosso ver Senhor Presidente da Câmara ficou bastante aquém daquilo que deixou antever na referida introdução, reportamo-nos concretamente a dois aspectos fundamentais, o social e o económico que tem a ver com a vida das pessoas, sobretudo em termos de crise a economia determina o dia a dia, determina a vida concreta das pessoas. As questões sociais limitam a liberdade no sentido mais amplo dessa palavra, a qualidade de vida dos cidadãos. Mas como disse há pouco iria reportar-me a duas questões fundamentais, no que diz respeito à actividade económica estamos a referir a título de exemplo as medidas anunciadas na área do comércio tradicional, do pequeno comércio que mais não são que a continuidade de algumas medidas avulsas e insuficientes que vêm sendo tomadas. Nós não estamos a falar em abstracto, nem com espírito criticista, estamos a reportarmo-nos a questões e a medidas muito concretas e a título de exemplo, irei citar no caso de microempresas, pequena empresas e das médias empresas, não só na área do comércio mas também da indústria. A Câmara privilegiar essas micro e médias empresas, em termos de prestação de serviço de aquisição de bens e de outras formas de contrato e esta é uma situação concreta uma medida concreta é viável, não é utópica, não é dificilmente atingível e que não vimos aqui ser anunciada pelo menos nesta informação que apresenta a esta Assembleia. No que concerne ao comércio tradicional, também já temos aqui elencadas várias medidas ao longo de intervenções nesta Assembleia e parece-nos que se continua pelo minimalismo, pela referência a uma animação que se promove nas ruas nomeadamente da Zona Histórica e do apoio nas obras da sede da Associação Comercial de Viseu. Por outro lado e ainda falando no sector económico, gostaríamos que clarificasse as medidas que pretende tomar quando diz que a instalação de empresas e isto já foi aqui citado, sustentáveis será as privilegiadas, como é que o Senhor Presidente da Câmara pretende tornar eficaz este enunciado de propósitos, que medidas se estão a prever para favorecer essa fixação? Gostaríamos de saber também se a estabilidade de emprego, de trabalho se está contemplada nesse incentivo à fixação dessas empresas e nesse incentivo à fidelidade territorial dessas empresas. Não está enunciada nenhuma medida nesse sentido e gostaríamos de saber se está previsto, se estão previstos acordos em que fique fidelizada, ou que seja uma condição para incentivos de apoios de estabilidade laboral dos trabalhadores destas empresas. Por fim, não poderei deixar de referir na área social o



problema da habitação social. Na sua informação são citados os vários programas, a acção da Habisolvis e de outras entidades no sentido de promover a habitação social. Queríamos saber, o que é que se passa, já na outra sessão anterior colocamos essa questão com centenas de famílias que continuam a espera de habitação especial e em que medida a Habisolvis, que a meu ver é vocacionada para a resolução desse problema está a actuar e se o está a fazer de forma eficaz em cooperação com outras entidades. Deixemos o plano social e económico que me parecia a mim, como disse de início, pouco sólido, pouco consistente e pouco arrojado, fase à crise em que vivemos passando a outros domínios. No plano cultural obviamente, também nos congratulamos com as medidas que aqui foram enunciadas nomeadamente a questão da Casa das Artes e do Espectáculo, ao Centro das Artes e Espectáculo com o apoio à actividade teatral que já tem havido no concelho e ao Cineclube. Parece-me que o grande “Calcanhar de Aquiles”, por assim dizer desta informação de facto é o domínio social e económico, com o qual tudo o mais não me parecerá à altura da crise que estamos a viver”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- TRINTA – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu vou fazer só aqui uma pequena observação, estive durante mais de um ano na Câmara um pedido de audiência por parte do Cineclube, mais do que isso e até acompanhado por uma planta daquilo que seria necessário para que o Cineclube funcionasse em condições e se pudesse ter apoio camarário. Eu tenho conhecimento que a Câmara terá ultimamente convocado o Cineclube para lhe comunicar que estaria na disposição de lhe arranjar uma sede no Centro Histórico e o Senhor Presidente da Câmara nesta sua intervenção que entende como o Plano de Actividades para o próximo ano, chama a isso instalação do Cineclube. Devo afirmar a Vossa Excelência aquilo que foi proposto ao Cineclube, não pode considerar-se uma instalação do Cineclube, a área que lhe é proposta tanto quanto eu sei é um rés-do-chão, é aquilo que me é dito, cuja área não chega a metade daquilo que o Cineclube ocupa actualmente, portanto, não se trata de instalação do Cineclube. Isto que eu lhe estou a dizer é rigoroso, o Senhor Doutor Américo Nunes está a abanar a cabeça com ar de que isto que eu estou a dizer-lhe é rigoroso, aquilo que foi proposto ceder ao Cineclube, é um espaço que efectivamente não serve para sede do Cineclube, servirá quando muito para algumas actividades do Cineclube, possivelmente não chamem instalação do Cineclube. Os problemas do Cineclube infelizmente com esta Câmara são de longa data e não têm sido pacíficos e eu estou à vontade, nunca se passou nada comigo pessoalmente, então será provavelmente a culpa minha destas questões todas surgirem, tenho de pedir desculpa ao Cineclube de lhe ter causado incómodos”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, em primeiro lugar gostaria de elogiar a Câmara perante duas preocupações, que tem a ver a primeira preocupação com a crise social económica, em que a Câmara demonstrou estar alerta perante esse grave problema. Outra muito importante em termos de dinamização no nosso tecido económico, tem a ver com um pagamento atempado aos fornecedores. Estes dois aspectos e gostaria aqui de começar por ficar admirado, como é possível fazer-se um balanço, perspectivar-se o futuro e nada se dizer sobre alguns investimentos públicos estruturantes para Viseu, ou seja, conseguir-se fazer uma intervenção em que se branqueia todos os atrasos, os esquecimentos, os incumprimentos do Governo em relação a Viseu. Parece que o desenvolvimento de Viseu, da região, só tem a ver com a Autarquia. O Arquivo Distrital que já aqui foi falado, isso é com a Autarquia, o atraso de quatro anos, depois de uma mudança daquilo que até se chamou Unidades de Saúde Familiares, como se fossem criar Unidades de Saúde Familiares uma coisa funcional, eram



equipamentos para funcionar em Unidades, já lá vão quatro anos, está aqui de certeza o Senhor Presidente de Junta de Lordosa à espera da sua extensão, já lá vão quatro anos, o folhetim da Estrada Nacional duzentos e vinte e nove, a Escola Superior Agrária que tanto foi reivindicada, o novo edifício da Escola Superior Agrária, houve algum esquecimento. A Escola de Ranhados, também já aqui falámos, uma coisa importante em termos de segurança também, mais efectivos para a PSP, para a GNR, que são necessários foi comprovado até nas reuniões que tivemos, que também não há necessidade. A diferenciação técnica do Hospital São Teotónio de Viseu, continuação da sua diferenciação técnica, também não é problema, não há problemas nesses domínios. Políticas activas de emprego, talvez não seja a melhor altura, quantos investimentos estrangeiros foram localizados em Viseu? Quantos pins foram cá localizados? A crise no comércio tradicional, eu inteiramente de acordo, vão apoiar o comércio tradicional, bastava só uma medida simples, dar o mesmo incentivo ao comércio tradicional que foi dado a algumas grandes superfícies para se instalarem em Viseu, era um aspecto importantíssimo. Outra situação, a Loja do Cidadão também se passou por cima, isto no fundo estamos a falar de investimentos públicos, aquilo que tanto se fala que é necessário. Nós não queremos aqui TGV (s), grandes aeroportos, mas queremos investimentos pouco reais para dinamizar a nossa economia e outra situação, parece que também não é problema, estamos hoje no factor de mudança de desemprego, em que Viseu parece que também não é problema. O desemprego mesmo que está a acontecer em alguns Concelhos limite também não é problema dos cidadão viseenses, parece que só faltou terminar a intervenção enunciando os grandes problemas do País e da Região, ou seja os grandes problemas que vamos ter, só faltou esse facto, o tal factor de mudança para o futuro da Região e do País são quatro. Temos que discutir uma questão importantíssima que é a Regionalização, temos que discutir o casamento de pessoas de ambos os sexos, a eutanásia e já agora também fazer uma engenharia entre todos, para nos tornarmos todos milionários, um país de milionários é isto no fundo que são os grandes problemas e perante isto a questão principal dos viseenses que é a crise nacional, económica e social, não há problema”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

- TRINTA E DOIS – PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pedes a palavra para responder às questões colocadas: “Obrigado Senhor Presidente. Também não vou demorar muito tempo, dizer que esta intervenção do Senhor Deputado João Paulo, assim é uma espécie de bombeiro quando está em dificuldade, não apresentou um único contributo, nós pensamos que de um jovem mas já me desprende nestas andanças e vinha um contributo sobre Viseu, mas não refugiou-se numa série de coisitas, que eu acho muita piada, expurgou uma série de coisitas para depois atacar. Sabem que a intervenção do Presidente da Câmara podia ser muito mais pequenina, se calhar só a discutíamos, eu deixei exactamente toda a Actividade para vos dizer que os Senhores não nos dão lição nenhuma sobre isto. Outra coisa, há uma lição que os Senhores nos dão, que o Senhor Deputado João Paulo nos trouxe aqui e esqueceu-se do destinatário. Cosmética somos nós mestres, com um diabo, então nós não sabemos quem é mestre em cosmética. Também há outra coisa que nos disse, centro comerciais, mas também há mais quem saiba do que nós, nós não temos responsabilidade nisso e já agora deixe-me dizer-lhe que até agora aquilo que vocês fizeram, foi tirar os comerciantes quando são aprovados os novos centros comerciais, sabia disso, não. Os comerciantes agora já nem lugar lá têm, o Senhor Presidente da Associação Comercial está na bancada, sabe bem do que eu estou a falar. A nova Lei retirou os comerciantes da decisão sobre os centros comerciais e são os Senhores que nos vêm falar disso, por amor de Deus, os Senhores têm levado o País à ruína, e como as pessoas não têm dinheiro nos bolsos não podem comprar, o problema é tão simples quanto isso, é verdade. Esta do discurso laudatório, eu pensei que eventualmente estava a



passar por uma pessoa mais elegante sem bigode, pensei que não era para mim a sério. Nós às vezes temos a tentação de transformar isto na Assembleia da República, com a responsabilidade social, das empresas, não sei quantos... uma série de coisas que parece que é da nossa responsabilidade. O emprego parece que é da nossa responsabilidade, como que estes serviços desconcentrados. Olhem, se calhar se tudo é da Câmara, acabavam com os serviços desconcentrados do Estado e dá para dar muito dinheiro aos cidadãos, são fortunas autênticas que se gastam, pelos vistos, não têm nenhuma responsabilidade. Quando tratamos de saber do emprego, também se fala com a Câmara, quando se trata do social também se trata com a Câmara, portanto, os Senhores passam a vida... Eu fiz insinuações sobre o Matadouro? Não fiz nenhuma insinuação sobre o Matadouro, eu explicito o meu pensamento sobre o Matadouro, eu não insinuei nada, não é nada o meu jeito fazer insinuações, eu digo tudo o que me vai na alma. Eu disse que os Senhores se comportaram muito mal sobre o Matadouro e depois esta questão de vir dizer, tecnicamente estava infundado, mas de quem é a responsabilidade técnica? Se calhar a pessoa que analisou sabia muito menos, tenho a certeza, de pelo menos de algumas pessoas que fizeram o estudo. Quando alguém perguntou e quis por todas estas dificuldades, é porque não queriam o Matadouro em Viseu e essas mesmas dificuldades que nos foram apresentadas, para obtermos os terrenos da Estação Agrária, para abrir a estrada duzentos e vinte e nove. Os mesmos problemas, quem os levantou foi a própria Administração Central, curiosamente com um Director Regional que está em Castelo Branco, isto é que os Senhores deviam ver, isto é que os Senhores deviam lá fazer, chegar abaixo e dizer, olhem, as dificuldades em Viseu já estão a pôr demais, mas os Senhores calam-se, caladinhos, não levam estes problemas, esta é que é a grande verdade. Depois o Senhor Deputado João Paulo disse uma coisa que eu achei muita piada, bem, nós para ajudar nós, o patrão, é preciso que as pessoas digam que querem ser ajudadas, ainda mais, então quantas reuniões temos com o Senhor Presidente da Junta de Fragosela na sua condição de Presidente da Associação dos Criadores de Gado? Quantas reuniões é que temos? Quantas pessoas é que envolveu? Com um empresário estrangeiro que veio cá apostar o seu dinheiro, as pessoas não demonstraram que querem ser ajudadas e de que maneira, só que quem tem o nosso dinheiro e que é tão solícita a apoiar outras coisas e a fazer a cobertura de outras coisas, para aqui não temos uns míseros tostões para o Matadouro, a mesma questão para a Escola de Ranhados e há muita gente aqui a proteger o Orçamento de Estado, parece que lhes diz respeito, e o Orçamento do Estado no BPN, aí é que os Senhores podiam ter conta e tomar conta e defender o Orçamento do Estado, como é que os Senhores não têm as mesmas instruções e estão agora aqui a defender... Oh Senhor Deputado, não preciso que me aponte o dedo, nem dispare nem nada, alinhe com as duas mãos, apontar o dedo é apontar e o Senhor aponta muito mal, atira sempre no sítio errado, o Senhor é um mau atirador. Vamos continuar a dar resposta, já agora despachem-se com a Escola de Ranhados, o Senhor Deputado João Paulo diz que conhece as razões do Presidente da Câmara mas também conhece as razões... mas quais razões? O tango são preciso duas pessoas para dançar, o acordo também. Então mas nós queremos aquele acordo os Senhores nem têm que pestanejar, mas o problema não é esse, é que os Senhores se tivessem de boa fé diziam, nós cumprimos a nossa obrigação e até acusavam o Presidente da Câmara publicamente, politicamente, olhe, o Presidente da Câmara é tão teimoso que não quer, mas não, os Senhores vêm com isto para depois atrasar a Escola de Ranhados, a indicação é atrasar a Escola não é mais nenhuma intenção, isto se assim não é, aquilo que foi dito publicamente de que nós já tínhamos o projecto nas nossas mãos, ainda hoje não deu entrada na Câmara, porque se o projecto der entrada na Câmara, nós mandamo-lo pôr amanhã a concurso e agora que não é preciso fazer o ajuste directo, vai logo, não sai é de Coimbra demora muito tempo, nós queremos aquele que lá está, o resto é conversa, mais, não se fique com a ideia, que se eu quiser construir o equipamento para



o ensino básico não preciso de pedir autorização nenhuma à DREC. Aquilo que me veio dizer a DREC foi isto: Os Senhores agora podem construir mais escolas e têm QREN e depois ponham-lhe o resto, eu preciso dessa indicação quando eu quiser. Construir escolas, desde que arranje os trinta por cento, desde que tenha o terreno não preciso da DREC para nada, o QREN não é vosso, às vezes fica-se com a ideia que o QREN, é uma espécie de um cofre que tem o Governo e dá para a Câmara, às vezes é assim mas não devia ser. O QREN é do País, é por isso que cada um pode utilizar e nós podemos utilizar, portanto, não vale a pena vir com este tipo de conversa. Já agora em relação aos comerciantes, eu fico espantado. O Senhor Deputado João Paulo, vai sempre ali dizer a mesma coisa porque nós agora queremos a Loja do Cidadão para o Centro Histórico e portanto, ele vai lá dizer, vocês não tapam o “sol com a peneira”, porque o problema dos pequenos comerciantes é não terem o dinheiro nos bolsos, até parece que se fosse assim e se a culpa fosse da Câmara o Senhor Deputado podia trazer muitos exemplos, porque tem muitas Câmaras Socialistas onde os comerciantes não tenham dificuldades, onde é que é? A cidade é que perde no Centro Histórico quais os comerciantes que não têm dificuldades, onde é que é? Porque a gente vai lá perguntar como é que se faz, nós aprendemos bem. O problema é que as pessoas não têm dinheiro e quem é que é responsável? Somos nós responsáveis por isso? Responsáveis são quem deixa chegar as pessoas a este ponto de não terem dinheiro e portanto, não venham atirar para os outros aquilo que é da vossa responsabilidade. Depois diz que o PS não está na defesa, esta é a diferença, eu nunca vi aqui. Eu de vez em quando aqui, dizem ah! Os Senhores fizeram aqui isto na Cultura, bem, mas isso é indispensável, ninguém nos vem dizer que nós não temos obra em Viseu, os Senhores não vão dizer isso, não podem é impossível, se calhar não estava lá ninguém, ainda hoje, numa Freguesia inauguramos mais de dez obras, todas com placa, é verdade, foi de uma vez. Portanto, os Senhores não vão dizer que a gente não tem obras, isto não podem, mas depois vêm com uma diferença que temos o discurso laudatório, que ainda estão aquelas pequena coisas para fazer, pois estão, claro, tem que estar muita coisa para fazer em Viseu, mesmo muita coisa, agora estamos muitos orgulhosos e muito satisfeitos com aquilo que vamos fazendo, que falta muita coisa para fazer em Viseu, claro que falta. Agora uma coisa que eu não percebi, foi a primeira vez que se ouviu falar em Tecnopolis, bem, isso é mesmo de quem não está atento, porque demos até alguns exemplos de Tecnopolis que conhecíamos muito bem, nomeadamente falamos nos de Oeiras, que variadíssimas vezes trouxemos aqui, mas há sempre tempo para aprender e portanto, eu fico espantado com esta... claro, claro. Já agora com a qualidade da água o Senhor Deputado João Paulo, falou num debate que me forneça elementos, eu só não quero ficar com este, este é uma fotocópia de um documento oficial, está aqui e na Câmara de Viseu, aquilo que eu disse há bocadinho, que o Senhor Deputado João Paulo não vende o terreno, oh João Paulo não vende o terreno porque este tem quinhentos e cinco metros quadrados, vocês não conhecem dez por cento, claro o problema é esse, é que os Senhores não vão lá, como eu disse o GPS só tem direcção para baixo, sabem lá onde é que são as aldeias de São Pedro de France, fazem lá alguma ideia, depois é evidente medem tudo, basta uma queixa e os Senhores medem logo tudo, então mas estamos a inventar estes números, estes valores em posições oficiais que pintam o território de acordo com a resposta que dão, isto não foi inventado por nós, são documentos oficiais, o Senhor Deputado João Paulo não os conhece, porque não quer, está aqui perfeitamente claro, por amor de Deus. Não vou perder mais tempo com isto, só para dizer o seguinte e dar uma resposta a estas perguntas que me foram colocadas, respostas sociais eu queria apresentar mais uma vez o plano de apoio às famílias e apresentamos, foi objecto de grande curiosidade por parte de toda a Comunicação Social, eu apresentei o programa de Viseu de todo o apoio à família, um programa vastíssimo, foi objecto de uma curiosidade enorme da Comunicação Social, sei lá quantas entrevistas dei neste aspecto, onde não se reconduz apenas àquilo todas as



vertentes dos necessitados estão previstas neste plano, desde congelamento de rendas, redução de ligações de água, apoio aos medicamentos, apoio às crianças em actividade escolar, está tudo isto no nosso plano de apoio, nas famílias numerosas, tudo isto, não percebo porque é que... mais, fiz também um desafio público, somos o único País da Europa em que não foi pedido o envolvimento dos Municípios, ainda hoje o disse a uma rádio de manhã, o único País da Europa, todos os países que eu conheço pediram um envolvimento dos Municípios para o combate à crise este é o único País em que os munícipes estão a actuar por si, sem nenhum enquadramento e sem nenhum impedimento da Administração Central, vão lançando sabendo uns dos outros iniciativas e vão dando respostas digamos às famílias carenciadas. Eu gostaria de deixar também aqui uma palavra para aquilo que o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho aqui veio dizer, por amor de Deus. Na minha aldeia aqui no Concelho dizem que “quem dá aquilo que tem não é a mais obrigado” e há uma coisa que eu não posso tolerar, não sei com que conhecimento, até pensei que era o Presidente do Cineclube, pensava eu, pela forma como veio aqui falar é o Presidente do Cineclube. Olhe, seu eu fosse Presidente do Cineclube desmentia-o logo, oh Senhor Doutor, quem fala do Cineclube sou eu, é que o Senhor veio aqui dizer uma coisa, nós reunimo-nos com o Cineclube, aceitou a proposta que lhe fizemos e o Senhor vem dizer, mas isto não chega, mas é o que nós temos, claro e é aquilo que fazemos com toda a gente e chamamos a instituição. Desculpe lá, mas alguém vem desmentir que nós apoiamos anualmente o Cineclube com apoio financeiro, bem podemos mostrar-lhe o comprovativo, agora quando o Cineclube nos diz que precisa de mudar de instalações, arranjamos um prédio, que é o que temos, vamos comprá-lo e arranjá-lo, aí isso agora não chega, é muito fácil, eu nem quero acreditar que o Cineclube tenha essa posição. Basta o Cineclube dizer-nos, olhe isto não chega, mas temos muita pena é o que temos, se por acaso têm essa posição, a gente corta. Oh Senhor Doutor, eu não lhe dei a resposta, é muito fácil para nós, como nós queremos dar resposta a todas as Instituições o Cineclube foi para quem destinamos aquilo, está disponível, se não aceitar a gente resolver logo para outra Instituição que está à espera também. Tenho aqui os meus colaboradores que fizeram reunião com o Cineclube e a quem foi dito que aceitavam, então se aceitam só temos que a seguir, se calhar por falta de espaço, ora agora precisamos de mais e a gente vai ver como damos o apoio, agora não criticar uma Instituição que se disponibilizou, que vai dar dinheiro do seu orçamento dos munícipes e vamos comprar, para dar resposta a uma Instituição, não me parece que seja correcto. Sobre a questão que o Senhor Doutor Mota Faria aqui colocou, nomeadamente falou no plano de apoio as famílias, eu já tive oportunidade de o referir, que é um plano extremamente especificado e que tem tido muita procura e portanto, nós vamos executá-lo na integra, tem sido inclusivamente pedido por algumas Câmaras para seguir de modelo àquilo que fizemos aqui. Queria dizer que é uma obrigação e isso para nós é motivo de honra o pagamento atempado às empresas, se fosse copiado neste momento se calhar muitas das empresas poderiam ter pagamentos mais atempados, bastava que a Administração Central pagasse por exemplo às Câmara as dívidas que tem atempadamente e não ter situações como esta. Os Senhores às vezes vêm aqui propor que a Polícia Municipal devia fazer isto, aquilo e aqueloutro, a Polícia Municipal nunca recebeu o dinheiro de instalação em contrato de programa no Diário da República, é uma dívida que a Administração Central nos deve desde que instalamos a Polícia Municipal, bem, para não falar e os Senhores sabem disso, dos doze milhões que o Ministério da Cultura deve às Câmaras. Portanto, quando esse dinheiro for pago se calhar as Câmara mais rapidamente poderão dar resposta, aos seus fornecedores. Quero garantir uma coisa, aqui em Viseu enquanto nós tivermos responsabilidade, os nossos fornecedores receberão a tempo e horas. O tempo que demora os pagamentos na Câmara de Viseu, são os decorrentes no aspecto burocrático, não são decorrentes por estarmos aflitos à espera do dinheiro porque temos disponível, a quem mandamos fazer as



obras, portanto, é aquilo que apenas decorre do tempo necessário para fazer as contas e para proceder burocraticamente aos pagamentos. É tudo Senhor Presidente”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Vamos passar ao ponto seguinte, Ponto Dois, apreciação e votação da proposta da Câmara municipal sobre o “Regulamento de Propaganda do Município de Viseu”, nos termos da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro e para efeitos da alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, na sua actual redacção, que resultou de uma deliberação desta Assembleia de adiar a votação para esperar os contributos”. Dou a palavra outra vez ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação. -----

- TRINTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para fazer a apresentação do Ponto Dois: “Senhor Presidente, naturalmente à espera da votação, estou na expectativa que ela seja aprovada por unanimidade, porque fizemos o trabalho de casa, isto é o Senhor Presidente, disponibilizou-se e para recebermos o apor dos Partidos, recebemos de um Partido apenas, do Partido Socialista, acolhemos todas as propostas, que foi o Partido Socialista que as colocou, estão todas vertidas no Regulamento e portanto, como mais ninguém colocou nenhum contributo. nós não temos nada a acrescentar. Tudo aquilo que nos foi apresentado por parte da bancada do Partido Socialista foi metido no documento, não houve mais nenhuma, portanto, nós pensamos que é um documento que espelha bem aquilo que são os anseios da Assembleia Municipal”. ----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Luís Simões. -----

- TRINTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO LUÍS MANUEL FERNANDES SIMÕES (PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “A minha intervenção não é uma intervenção, é um pedido de esclarecimento ao Partido Socialista, relativamente ao conjunto de propostas de alterações a este Regulamento. O primeiro pedido de esclarecimento, diz respeito à forma como é que esta proposta relativa à iluminação, da alínea e) do artigo doze, que corresponde proibições e que proíbe a colagem, a fixação por qualquer meio de mensagem ou respectivos suportes nas árvores e arbustos. Perguntava eu ao Partido Socialista, como é que articula esta proposta de eliminar as árvores previsto deste Regulamento com o Edital número setecentos e vinte e oito barra dois mil e quatro, que é o Regulamento Municipal de Parque Jardins e Zonas Verdes, aprovado nesta Assembleia Municipal por unanimidade e publicado no Diário da República de onze de Novembro, em que se diz na alínea g) do artigo sexto, relativo às proibições, relativo às árvores e arbustos que diz que é proibido encostar, pregar, agrafar, atar, ou pendurar quaisquer objectos ou dísticos, nos seus ramos, troncos, ou folhas, bem como afixar fios, escoras, ou cordas, qualquer que seja a sua finalidade sem prévia autorização escrita pela Câmara Municipal de Viseu, isto foi aprovado nesta Assembleia Municipal. O PS votou esta norma regulamentar. Esta norma tem como contra-ordenação descrita na alínea d) do artigo décimo primeiro, infracção ao disposto nesta alínea são puníveis com coima variável entre quarenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos e metade do salário mínimo nacional. Portanto, é uma situação que tem que ser, penso na minha perspectiva, analisada e observada, isto para que não haja desarticulação nas posturas e Regulamentos Municipais, isso é apanágio de outros fóruns, não gostaria que fosse deste. A outra dúvida que se me coloca, é a questão de como está formulada esta alteração, esta proposta de alteração, diz ela que se elimina a alínea e), portanto, esta questão já foi tratada. A utilização das árvores é um suporte tradicional de propaganda, nomeadamente junto às estradas e nos meios rurais, um conceito muito pouco ambiental, muito pouco ecológico, de qualquer forma é uma contestação do PS, que fará. As árvores... a minha dúvida vem a seguir, as árvores da Praça da República estão já salvaguardadas pela alínea g) e muito bem e admite-se que a previsão seja apenas pelo perímetro urbano da cidade. Vejamos se eu compreendo, no Município o património arbóreo divide-se em: árvores de primeira e



árvores de segunda, árvores que podem ser agraçadas, atadas, portanto, podem suportar elementos de propaganda, publicidade etc... e aquelas que são intocáveis, estas serão de acordo com o PS, as árvores da Praça da República e admite-se que a proibição seja apenas no perímetro urbano da cidade, a minha questão é o que é que o PS entende por perímetro urbano da cidade? O perímetro urbano da cidade é circunvalação? Ou é o perímetro urbano que está legalmente estipulado? É que nesse perímetro urbano que está estipulado legalmente, também há nas zonas rurais e nessas árvores é proibido ou não a fixar? São estas pequenas questões que às vezes tornam as legislações muito... com umas interpretações às vezes dúbias, extremamente difíceis de fazer e que eu não gostaria que isso acontecesse no Município de Viseu, por força destas alterações. Muito obrigado. “ -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Dário Costa. -----

- TRINTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO DÁRIO DE ALMEIDA COSTA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOSÉ (PSD) – Pede a palavra para

intervir da seguinte maneira: “Eu relativamente a este assunto, agora em discussão, eu não posso estar mais de acordo, até porque a minha Freguesia, eu tenho sido levado e felizmente não tem havido problemas, não houve acidentes ainda, porque sempre que nos é dado conhecimento da colocação de grandes placares junto às passadeiras, nós temos comunicado logo à Câmara e esta faz o favor de as mandar retirar, porque senão já teriam acontecido se calhar bastantes acidentes. Eu não sou contra a colocação de propaganda, antes pelo contrário, é importante para informar as pessoas, mas deve ser colocada com algumas regras. Ainda este fim-de-semana, eu fui chamado à Avenida António José de Almeida, junto ao Edifício dois mil, na saída do Fórum, há ali, uma saída e uma entrada do parque de estacionamento e há uma garagem quem sai do Edifício dois mil. Os Senhores se forem lá hoje, está lá, um placar colocado, em que os senhores ao saírem da garagem tem que sair dos carros para ver se vem alguém ou então arranjar um sinaleiro, mas já não há, na nossa cidade e no País para ver se vem algum, para as pessoas poderem retirar os carros, já não saem por aquela, até porque quando sair daqui, vou fazer um ofício à Câmara para fazer o favor de mandar retirar esse placar, daí eu achar importante que haja um Regulamento que defina a colocação destes placares, para não correremos estes riscos e era só isto”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- TRINTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO RIBEIRO ESPINHA DE CARVALHO (PS) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu gostei da

intervenção do Senhor Deputado do PSD em que noto alguma mágoa, porque de facto só o Partido Socialista apresentou propostas, é um hábito que nós temos, o que a Câmara faz para os Senhores Membros do PSD é sagrado nunca há propostas nunca há críticas, de algum modo complicados. Olhe, o Partido Socialista atreveu-se a apresentar propostas alternativas, relativamente às árvores, eu quero dizer ao Senhor Deputado que o meu Partido não vê nenhum obstáculo, que subscrevendo aquilo que a Câmara diz, que subscreveu a nossa proposta excepto nas árvores, não há nenhum problema, devo lembrar-lhe porém daquele Regulamento, não foi Senhor Presidente, então percebi mal... com a recomendação de ser interdita a utilização de árvores para a propaganda, portanto, que aceita a proposta, bom, então entendi mal de certeza, mas parece-me que é o que aqui está escrito. Mas eu não tenho nenhum problema que a proposta do Partido Socialista relativamente às árvores seja retirada, a bem da protecção ambiental, não há nenhum problema, não colocamos problemas, mas eu gostava de recordar e era isso que eu estava a dizer, que o Senhor Deputado quando fez o favor de recordar esse Regulamento que aqui aprovamos, daquilo que leu aquilo terminava assim, salvo, ou desde que, isso pode suceder que haja autorização da Câmara, ou seja não existe uma proibição absoluta na medida em que se a Câmara pode autorizar, parece-me a mim que não está completamente impedido. Na proposta que nós formulamos, quando falávamos em perímetro urbano, falávamos



rigorosamente em perímetro urbano, independentemente de haver de facto zonas rurais ou não, porque digamos o termo não é minimamente ofensivo no interior profundo do Concelho. De facto, eventualmente poderá haver dificuldades em fazer propaganda política sem vos reforçar, mas insisto em dizer a nossa proposta em relação a isso não há nenhum problema em ser retirada nesse aspecto. Penso que era isso que tinha colocado, em relação ao resto não creio que me tenha feito mais nenhuma observação. Gostava apenas de dizer, que como uma das propostas, se fizeram o favor de a ler, dizia no artigo sexto, que na área crítica de recuperação e reconversão urbanística, a fixação de propaganda só é permitida nos locais referidos em anexo ao Regulamento. Nós elaboramos um anexo que eu gostava de dar conhecimento, se o Senhor Presidente me permite que eu utilize mais um bocadinho a palavra sobre esta matéria, que pode ser integrado no artigo, porque consiste exclusivamente nisto, na nossa proposta, na área da Sé, ou seja, isto é, no largo da Sé, é expressamente proibido qualquer tipo de publicidade, na área crítica fora da Sé, fora do largo da Sé é permitido publicidade estática em suportes amovíveis desde que não interrompa o trânsito pedonal e de automóveis e não interfira com entrada de casas, estabelecimentos ou qualquer edifícios. Portanto, isso depois seria entregue na Mesa, eu adiantei-me se houver qualquer outra hipótese estamos abertos a discutir isso e tentar encontrar uma solução consensual”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia.

- TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Eu tenho protestado com aquilo que o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho aqui veio dizer, porque chegou aqui e disse naturalmente que tem muita pena que só há propostas nossas, porque o PSD nunca faz nada, porque tudo que a Câmara faz dizemos que sim. Oh Senhor Deputado, já não é a primeira, os dedos das mãos não chegam para contar as vezes que eu votei contra propostas da Câmara Municipal de Viseu, que é do PSD, que eu sei e eu também sou. Queria-lhe dizer e protesto na realidade, os Senhores é que não se enxergam, porque tudo aquilo que a Câmara de Viseu faz, mesmo que esteja bem e a população concorda, os Senhores é que ainda têm que perguntar ao Governo se podem dizer sim, ou não. Senão vejamos, eu só lhe dou um exemplo concreto, só um, Loja do Cidadão no centro da cidade já aqui hoje foi falado três ou quatro vezes nesta Assembleia, quando começar agora a movimentação toda a população e o Senhor Presidente da Câmara, disse que concordava e que toda a gente começa a dizer que concordava com isto, e até o Secretário de Estado que disse que achava muito bem, o vosso porta-voz vieram dizer, isto foi dito aqui ainda há pouco pela Senhor Presidente da Câmara e não foi desmentido por vocês, o vosso porta-voz veio dizer, alto e não foi o vosso porta-voz, foi o vosso Vereador, alto mas nós temos que ir ver porque é que o nosso Governo diz isto, portanto, como vê Senhor Deputado eu tenho que vir protestar “quem não se sente não é filho de boa gente”, a minha prática não é essa, mas pelos vistos a vossa, é”.

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto.

- TRINTA E OITO – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Em primeiro lugar eu queria fazer aqui um reparo que penso que é legítimo. Eu recebi há poucos dias, a nova versão de proposta de Regulamento de Propaganda com uma folhinha em anexo que integrava as propostas de alteração do Partido Socialista, mas que não foram introduzidas no texto final, daí resultam algumas pequenas incongruências e eu vou citar uma. Se há uma alteração no artigo sexto, concretamente no número um, do artigo sexto, não se justificaria a seguir, o número um, do artigo sétimo, haveria que reformular o artigo sétimo em função da alteração do anterior e isso não é feito e não é feito porque? Porque houve de facto um trabalho de colagem forçada, que nem sequer foi de copy e past, porque não integra sequer, tem o texto definitivo e que portanto, nos deixa bastantes



dúvidas. Ainda há pouco, é paradigmático desse tipo de dúvidas a questão colocada ao Senhor Douro Ribeiro de Carvalho, pertencente ao grupo preponente destas alterações, que já não sabia bem se a questão das árvores era contemplada ou não. Ao ler de facto o que nos foi enviado, portanto, relativamente à Reunião Ordinária da Câmara, de onze do doze de dois mil e oito, a própria formulação que é a com a recomendação de ser interdita a utilização de árvores para a propaganda, no qual no quadro da protecção ambiental, mormente com a utilização de pregos, ou com outros elementos estranhos que ponham em causa a integridade da árvore. Dá a entender que de facto até se pode permitir, que a utilização a não ser que sejam utilizados elementos agressivos da própria árvore, quer dizer é uma formação confusa, deixa dúvidas não é clara, não é compatível com o Regulamento de Propaganda, que irá enfim reger. Regulamentar os próximos tempos a propaganda no Concelho, deveria ser muito mais claro para que os cidadãos, os Partidos e outras Associações saibam de facto com que parâmetros é que vão actuar, portanto, primeiro este reparo. Depois, queria congratular-me de facto com a alteração de alguns aspectos, nomeadamente tivemos oportunidade aqui de focar e não é verdade dizer que não houve colaboração de todos os grupos, eu estou a lembrar-me, na anterior Assembleia, que eu coloquei aqui, fiz um contributo em directo, muito claro, no artigo quinto e deve estar em acta, pois está em acta o carácter altamente lesivo da liberdade do artigo quinto, mas congratulo-me de facto com que tenham sido integradas essas alterações. Não posso deixar de afirmar aquilo que comecei a enunciar na Sessão anterior, a versão inicial deste Regulamento e que foi trazido aqui, tinha disposições altamente cerceadoras da Câmara, que são consagradas constitucionalmente e não é de menos importância focar aqui que as rotundas foram retiradas, quando é sabido que são o espaço onde muitas organizações utilizam para a sua propaganda, gostaríamos de saber se a expressão afixação aqui, e eu ainda sei consultar o dicionário e se o que quer dizer afixação se é extensível, também, a suportes rígidos que são lá colocados. Não vemos aqui razões de defesa da segurança quer pedonal, quer dos automobilistas e interdito que torne razoável a interdição de propaganda nas rotundas, esse é um aspecto que não foi contemplado quer na proposta do Partido Socialista, nem sequer foi objecto de reflexão pela Câmara, ou de alteração relativamente à versão inicial. Achamos estranho, que se fosse uma questão de segurança em tempos de propaganda eleitoral e se fosse uma questão gravosa de segurança, obviamente, que não deveria ter permitido. Que eu saiba ainda não houve acidentes, nem graves, nem pequenos, por causa da propaganda nas rotundas. Eu bem sei que o Senhor Presidente da Câmara tem um grande apreço pelas rotundas, que são o ex-líbris da cidade, porque é conhecida em muitos sítios do País, mas levar a esse ponto o seu carinho pelas rotundas, aliás não me parece que elas ficassem prejudicadas com a continuação, antes pelo contrário, se calhar era uma forma de valorizar melhor as suas rotundas. Portanto, há questões que continuam a passar este Regulamento e nós não continuaremos a votar a favor do mesmo”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz as seguintes palavras: “Peço desculpa, mas há muito ruído na sala, já é uma e meia, acho que devemos fazer um esforço para terminarmos a Sessão da Assembleia Municipal ainda na parte da manhã e não termos que transitar para a tarde. Sugiro, aguentarmos o estômago mais meia hora e ainda temos depois o período do público, dois cidadãos que ainda querem usar da palavra, vamos então calmamente continuar os trabalhos. Se quiser utilizar a segunda intervenção neste ponto faça favor, é melhor esgotarmos as intervenções, acho bem, para depois dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e a seguir votamos”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- **TRINTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS)** – Pede a palavra para dar uma explicação da seguinte forma: “Era só para dar uma explicação à Senhora Deputada Graça Pinto, na nossa



proposta o problema das rotundas está previsto, está de facto, não leu com atenção. O que nós entendemos é que nas rotundas, não, mas nas zonas envolventes, sim, essa é a nossa proposta. Portanto, ao contrário do que diz, nós previmos isso. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Senhor Deputado, eu não percebi, isto é algo para além da proposta, sim, mas estava inserido na proposta enviada através da Assembleia Municipal para o Executivo? Então temos que mostrar isto aqui ao Senhor Vereador responsável, faça chegar ao Senhor Vereador. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- QUARENTA – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para responder da seguinte maneira: “Oh Senhor Presidente, eu vou demorar mesmo muito pouco, mas há assuntos que de facto dão para rir para quem tem que executa. Então vejamos o que se passou, eu vou fazer apenas um histórico, trouxemos aqui a proposta do Regulamento e já agora deixem-me dizer, aquilo que toda a gente diz é regulamentar leis, o que as pessoas entendem é que as leis devem ser regulamentadas, sempre que possam ser regulamentadas, o grande problema é a falta de regulamentação. Questionável ou não, trouxemos aqui o Regulamento que trouxemos como proposta, a meio da discussão, alguém deu conta, eventualmente, não os tinha discutido convenientemente, fechamos a discussão e dissemos, os Senhores apresentem e definem o dia, agora vem um Partido dizer que falou na anterior, a obrigação era apresentar a proposta tal como tinha sido combinado. Quem apresentou foi acolhido e portanto, já agora uma outra coisa, muito sinceramente, dispense à Senhora Deputado do Bloco de Esquerda, nunca lhe darei resposta a extras que coloque aqui na Assembleia, porque “gato escaldado da água fria tem medo”, tenho medo, a Senhora já deturpou duas vezes aquilo que eu disse, portanto, não o volta a fazer, porque eu não lhe darei resposta. É verdade, mostro que a Senhora deturpou duas vezes aquilo que eu disse em Acta e aquilo que disse, portanto, eu não volto a dar-lhe resposta. As rotundas são mais bonitas, olhe, cada um tem o seu conceito de beleza e as rotundas são bem mais lindas, para o meu conceito”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa diz o seguinte: “Vamos votar a proposta contida no Regulamento, com as alterações que lhe foram introduzidas, a proposta foi aprovada com cinquenta e cinco votos a favor, um contra e uma abstenção”. Dá a palavra ao Senhor Deputado Luís Simões. -----

- QUARENTA E UM – SENHOR DEPUTADO LUÍS MANUEL FERNANDES SIMÕES (PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu peço imensa desculpa da minha interpelação no momento da votação, mas depois da votação muito rapidamente, isto eu realmente não dei conta, o que me levou a abster-me, foi porque eu fiquei sem perceber, culpa minha provavelmente, fiquei sem perceber se a questão das árvores, o PS retirou, ou não? Retirou, pronto, nesse caso a minha declaração de voto tem mais sentido, se eu soubesse previamente que o PS teria retirado, eu teria votado a favor”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Passamos ao ponto seguinte, o Ponto Três, a votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Expropriação de parcela de terreno destinado ao Centro Escolar Viseu Norte e malha viária de acesso sita na “Quinta da Ribeira – Santo Estêvão”, nos termos da alínea c) do número sete do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, na sua actual redacção e para efeitos do número dois do artigo catorze da Lei número cento e sessenta e oito de mil novecentos e noventa e nove de dezoito de Setembro, na sua actual redacção”. Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar este ponto. -----

- QUARENTA E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para apresentar o ponto. “Senhor Presidente é para dizer que a proposta da deliberação é perfeitamente esclarecedora, mas só dizer que é revelador da dificuldade que nós temos em arranjar terrenos. Isto é, é fácil às vezes colocar a questão do novo



equipamento e depois quando se trata de arranjar terrenos nomeadamente em zonas da cidade, mais próximas da cidade, é a dificuldade que temos, portanto, este foi um processo negocial que andou durante muito tempo. Quando pensamos que estava tudo terminado tivemos que recorrer à figura da expropriação, para fazermos o tal acesso para instalar o Centro Escolar Viseu-Norte”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Mota, Presidente da Junta de Abraveses. -----

- QUARENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO JORGE MANUEL DE SOUSA MOTA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ABRAVESES (PSD) – Pede a palavra

para fazer a intervenção seguinte: “Solicita a Câmara Municipal que esta Assembleia se pronuncie sobre a Declaração de Utilidade Pública da expropriação de uma parcela de terreno destinada a Construção do Centro Escolar Viseu-Norte, sito em Santo Estêvão, com carácter de urgência. Como Autarca de Freguesia, não podia deixar de aqui vir saudar este primeiro passo, de um projecto estruturante para a Freguesia e para o Concelho, que vem dar resposta a uma das nossas mais sentidas necessidades. Com efeito, o crescimento seguro e constante da Freguesia de Abraveses tem também tradução efectiva no crescimento da comunidade escolar, nomeadamente pelo lado da procura, o que, considerando que nos últimos anos assistimos ao encerramento de tantas escolas, é um factor de desenvolvimento que sempre se regista com agrado, mas que sobretudo, exige respostas efectivas e tempestivas. Abraveses como sabem constitui hoje um dos principais eixos de penetração no perímetro urbano, pelo que o investimento em infra-estruturas rodoviárias como a EN dois no passado, ou presentemente na EN dezasseis, mas sobretudo em equipamento como aquele sobre o qual hoje apreciamos, são as respostas mais adequadas, ajudando a cumprir um dos principais desígnios do planeamento, justificando-o. Esta interdependência permite afirmar também a escola como um instrumento ao serviço do planeamento, ancorando o crescimento urbano e dando sustentabilidade à envolvente edificada, como é o caso do Bairro de Santo Estêvão ou da Agueira – na Freguesia de S. José, mas sobretudo transformando a cidade num espaço equilibrado e socialmente eficiente. Com efeito, este equipamento foi claramente identificado na carta educativa enquanto investimento de ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no Concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer. Mesmo não tendo assento no Conselho Municipal de Educação, fomos ouvidos sobre esta, nomeadamente nas questões referentes à Freguesia de Abraveses, e tivemos oportunidade de fazer sentir ao responsável do pelouro as nossas preocupações. Tratou-se pois de um processo participado em que verdadeiramente nos sentimos parte da solução. Este instrumento, a carta educativa, carecerá agora, no que se refere à Freguesia de Abraveses e área envolvente do novo equipamento, de ajustamentos que pensamos estarem previstos na sua revisão, fazendo da carta educativa um instrumento dinâmico que a todo o tempo procura dar resposta às efectivas necessidades das populações. Quanto à rapidez da resposta à necessidade sentida diremos que esta é a prova de que estas decisões, tomada no seio do Município, de forma tão célere, em matérias relativas ao Primeiro Ciclo do Ensino Básico e ao Pré-Escolar, só podem estar na esfera do Município. Não se trata apenas de uma decisão de natureza política; é também um serviço de proximidade destinado a um público que de tão jovem não pode esperar, e para quem um ano é demasiado tempo na sua vida. Isto, naturalmente, para não nos perdermos em considerações sobre a importância da escola e da formação inicial. Pensar pois que estas decisões devem caber ou serem de alguma forma condicionadas por um qualquer organismo da administração central, é um retrocesso e um abcesso que do nosso ponto de vista importa erradicar. O novo modelo constitui um avanço fantástico no processo de descentralização e de afirmação das capacidades de resposta das Autarquias aos processos dinâmicos que ao Município dizem



respeito. Quanto ao projecto em si, estamos na presença de um Edifício moderno, arquitectónicamente ousado, completo do ponto de vista das valências necessárias a uma escola integradora, cuja marca diferenciadora está na eficiência energética, sendo o primeiro edifício desta geração no nosso Concelho. Com doze salas para o Primeiro Ciclo do Ensino Básico e três para o Ensino Pré primário, dotado de biblioteca, refeitório, balneários, sala polivalente, polidesportivo, gabinetes e salas de trabalho, estamos perante um investimento que ronda os dois milhões e quatrocentos mil euros. Se considerarmos o valor da expropriação agora proposta, falamos de um investimento de mais de três milhões de euros e que fala bem por si. Por todas estas razões não podemos deixar de apoiar e solicitar esta proposta do Município”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Vamos então passar à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Chegamos ao fim da Ordem de Trabalhos e vamos passar ao período de intervenção do público. Temos dois cidadãos que solicitaram a intervenção neste período, Senhor Gualter Mirandez e Senhor Alexandre Azevedo Pinto, dou a palavra ao Senhor Gualter Mirandez e tem cinco minutos nos termos Regimentais para fazer a sua intervenção”. -----

- QUARENTA E QUATRO – SENHOR GUALTER MIRANDEZ – Pede a palavra da fazer a seguinte intervenção: “Venho aqui fazer uma intervenção muito curta, unicamente para esclarecer, mais uma vez, estas situações nos últimos dias, que tem sido tão faladas em relação à Loja do Cidadão, em relação à sua localização. Acerca de ano e meio atrás e numa das várias reuniões que tenho tido com o Senhor Secretário de Estado, obviamente que aflorei o problema da localização da Loja do Cidadão, já que naquela altura se falava e se comentava aqui em Viseu, que a Loja do Cidadão de segunda geração poderia ir para um espaço fora do centro da cidade e para fora daquele onde hoje está. Obviamente, que eu questionei o Senhor Secretário em relação a essa localização e a resposta que obtive, foi exactamente esta, a Loja do Cidadão irá para onde houver pessoas, porque a Loja do Cidadão é para servir pessoas. Bom, eu já naquela altura fiz ver ao Senhor Secretário de Estado, lutar, que a Loja do Cidadão naturalmente é um sítio que vai criar um fluxo de pessoas, que não é só onde estão pessoas, vai criar um fluxo de pessoas e nesse sentido obviamente nós não concordamos, somos claramente contra a deslocalização da Loja do Cidadão, para uma entidade privada, onde já vai gerar mais pessoas. A situação entretanto esteve em “banho-maria”, como sabem e foi andando. Acerca de quatro meses atrás o Senhor Secretário de Estado veio visitar Viseu, visitou algumas empresas comerciais no âmbito do projecto MODCOM, como sabem e um projecto para a modernização do comércio do centro da cidade. Depois da visita do Senhor Secretário de Estado a essas empresas, estamos a falar de empresas, de empresários que estão a investir fortemente e continuam a investir no sentido da modernização nos seus espaços e que infelizmente continuam a ter os mesmos problemas que aqueles que não investiram, e isto porque? Porque o centro da cidade e o seu grande problema, passa porque não tem pessoas, as pessoas saíram do centro da cidade, foram mandadas para a periferia das cidades. Obviamente que o Senhor Secretário de Estado e muito bem disse que essas empresas estavam agora a apostar novamente na sua modernização e estão a fazer investimentos de tesouraria muito difíceis numa altura destas. Estas empresas só serão viáveis se houver lojas âncoras. Loja âncoras, uma delas é a Loja do Cidadão, completamente de acordo, nesse sentido e depois do Senhor Secretário de Estado fazer esta intervenção. Bom, é que todo este processo que tem vindo a público nós queremos continuar a por isto na ordem do dia, para isso nós enviamos um ofício à Câmara Municipal de Viseu, ao Governo Civil e à Assembleia da República, no sentido de reforçar o Senhor Secretário de Estado. Quando aqui há uma convergência de ideias, de vontades que só pode beneficiar e tem que beneficiar o centro da cidade, obviamente que nós aplaudimos. Agora Senhor Presidente e Caros Deputados, esperamos é que efectivamente



haja vontade política para o resolver, que isto não passe mais uma vez de uma situação, que vai passar sempre a responsabilidade dos outros, por isso aquilo que nós apelamos e aquilo que aqui deixamos bem marcado, vontade houve uma posição clara do Senhor Secretário de Estado, à vontade da Câmara Municipal de Viseu, à vontade dos comerciantes, estamos à espera de quê, para tratar dos assuntos a sério? É só este apontamento que eu queria aqui deixar e muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Alexandre Azevedo Pinto.

- QUARENTA E CINCO – SENHOR ALEXANDRE AZEVEDO PINTO – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “A minha intervenção será feita em nome do “Movimento dos Cidadãos por o Centro Histórico” e vem na linha daquela que foi proferida pelo Senhor Gualter, Presidente da Associação dos Comerciantes. Eu queria aqui frisar dois pontos, a continuidade daquilo que fiz na última Assembleia Municipal. Eu acho que de facto, o consenso é muito alargado relativamente a esta questão, da parte da Câmara houve uma abertura muito grande, eu interpelava directamente o Partido Socialista de Viseu e pedia ao Senhor Deputado João Paulo, ao Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho, a todo o Grupo Parlamentar que de facto se empenhasse nesta questão. Eu penso que da parte do Bloco de Esquerda, da parte do próprio CDS/PP e da parte do PSD, também há uma vontade relativamente a esta questão, há um amplo consenso quase que diria uma unanimidade à volta disto e portanto, eu acho que a política também se faz não só das não convergências, como das convergências. Já aqui todos percebemos que ninguém vai perder, nem ninguém vai ganhar, a não ser a cidade e não é a Câmara que ganha, não é o Partido Socialista que perde, não devemos por as coisas desta maneira. Eu acho que é a cidade que vai ganhar e portanto, a política faz-se de convergências, façamos convergência neste ponto. Vamos trazer a Loja do Cidadão para o Centro Histórico, a cidade vai ganhar com isso, é esse desafio que eu coloco e para isto não ficar no ar, eu propunha, dado que é o Governo da cidade e permita-me a indicação, eu propunha ao Doutor Fernando Ruas... de facto tem toda a razão, mandou um ofício e ficou sem resposta, infelizmente as coisas funcionam assim, não sei, não é só com este Governo é com muitos. Eu propunha ao Senhor Doutor Fernando Ruas que pedisse uma audiência ao Senhor Secretário de Estado, da parte do Movimento dos Cidadãos estou disponível para ir, penso que o Senhor Gualter também está disposto a ir, em nome da Associação dos Comerciantes, mas eu acho, que até os outros Grupos Parlamentares, se quiserem levar uma espécie de embaixada a Lisboa, nós temos aliás, uma petição com milhares de assinaturas para entregar ao Senhor Secretário de Estado, podemos também levá-la. Eu da parte que represento, deixo nas suas mãos e estou disponível para ir a Lisboa na minha modesta condição para falar com o Senhor Secretário de Estado e para reforçar a posição que temos. Eu penso que da parte do Partido Socialista está aqui o fulcro da questão, é o PS Viseu, o PS de Viseu quer ou não quer? Então empenhem-se, é isso que eu digo. Obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Dou concluída a Sessão. Muito Obrigado, até uma próxima”.

----- A Sessão encerrou às treze e cinquenta. E do que se passou, lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento.



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim de Almeida Henriques)